



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 587 - DE 26 DE MAIO A 09 DE JUNHO DE 2019 - R\$ 4,00

Educação se rebela contra o autoritarismo e o intervencionismo de Bolsonaro

**Manifestações de 15 de maio indicam o
caminho da greve geral de 14 de junho**

**A derrota do governo não virá
das negociatas no Congresso Nacional**

**ABAIXO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
DE BOLSONARO-GUEDES!**

**Que as assembleias, plenárias e comitês organizem
a greve geral no campo da independência de classe
Que rejeitem subordinar o movimento às manobras
parlamentares de alterações ou de projeto
alternativo de reforma da previdência**



Agrava a crise mundial

**A vanguarda consciente tem
o dever de pôr em pé o Partido
Mundial da Revolução Socialista,
IV Internacional**

Desencanto prematuro dos explorados com Bolsonaro

As manifestações de 15 de maio demarcaram a quebra prematura das ilusões democráticas no novo governo. Certamente, é o começo do choque das massas com a política econômica montada pelo ministro Paulo Guedes, homem do capital financeiro e do imperialismo. Está por vir a greve geral de 14 de junho.

A fração burguesa diretamente ligada à eleição de Bolsonaro se vê obrigada a movimentar a alta classe média para se contrapor ao movimento dos explorados e a proteger o governo. Está em jogo não apenas a criminoso reforma da Previdência, mas a diretriz que subordina ainda mais a economia nacional aos ditames dos Estados Unidos e do imperialismo de conjunto. O isolamento crescente do governo, nesses cinco meses de existência, indica que poderá ter o mesmo destino que a ditadura civil de Temer.

As contrarreformas, o plano de desnacionalização e privatização, bem como o rebaixamento do pouco que há de proteção à economia nacional, reforçarão as tendências de retrocessos econômicos e de impulso à barbárie social. As dificuldades de em curto prazo retirar o país do baixo crescimento e da estagnação, que têm resultado no assombroso aumento do desemprego e subemprego, obrigam as massas a resistirem a medidas truculentas, como a reforma da Previdência e os cortes de recursos à educação e à saúde, principalmente. Nesse momento, é decisiva a organização independente da classe operária diante da política burguesa, e o fortalecimento dos movimentos camponês, popular e estudantil.

Bolsonaro necessita se firmar como um governo ditatorial, militarista e fascizante. Surgiu embalado pela tendência geral da burguesia, conduzida pelo capital financeiro, de retomar a centralização burocrática e autoritária do Estado. Os conflitos entre o Executivo e o Legislativo, quando se esperava uma harmonia embasada no golpe de Estado de 2016, são sintomas das condições econômicas e sociais, adversas à governabilidade com os métodos da democracia burguesa.

As denúncias de Bolsonaro de que o povo deve apoiá-lo para que possa quebrar a resistência das “corporações”, e as manifestações, ainda que incipientes de partidários do governo, de que o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal são um estorvo, refletem um impasse que deve ser superado pela via autoritária. As discordâncias no seio da burguesia quanto ao caminho a tomar têm retardado esse processo político, e favorecido a instabilidade do governo.

A permanência da crise econômica e a disposição dos explorados de irem à luta estão em contradição com o gol-

pe que derrubou o governo de Dilma Rousseff, e que, ao mesmo tempo, conservou o funcionamento da democracia burguesa. A ditadura civil de Temer conseguiu impor a reforma trabalhista e a terceirização, avançou as privatizações, cortou recursos aos serviços sociais, no entanto, não conseguiu estabilizar o regime político. A explicação está em que a crise econômica, que levou a uma das maiores recessões do país, tem por consequência a destruição de parte das forças produtivas nacionais.

Essa situação que se abriu a partir da explosão da crise nos Estados Unidos, em 2008, e que se expandiu mundialmente, arrastou o Brasil. O excesso de capacidade instalada, a superprodução e as paupérrimas condições de existência das massas estão condicionados, em última instância, pelo controle dos monopólios internacionais dos ramos fundamentais da produção, e agigantamento do parasitismo financeiro. É sabido que as contrarreformas, que vêm sendo aplicadas durante décadas, sob distintos governos, agem contrariamente ao desenvolvimento das forças produtivas, das necessidades mais elementares da população, e à independência nacional, diante das pressões do imperialismo. Os governos, porém, são obrigados a impô-las a ferro e fogo. São necessárias para a proteção dos lucros dos monopólios e da preservação do parasitismo financeiro. Não por acaso, a gigantesca dívida pública está no centro da crise econômica e política.

A burguesia nacional, serviçal do imperialismo, não teve e não tem como edificar uma sólida democracia, e constituir governos capazes de se assentar nas massas. Com o fim da ditadura militar se prometeu uma nova República, e o aperfeiçoamento democrático das instituições. A Constituição de 1988 foi erguida com a bandeira de um novo tempo. Em nenhum momento, evidentemente, essa idealização burguesa resistiu à estagnação econômica e ao avanço da pobreza e miséria da maioria oprimida. A burguesia, hoje, rasgou sua Constituição e liquidou a CLT, naquilo que foi um progresso às relações capitalistas de trabalho.

A luta da classe operária e demais oprimidos pela derubada da reforma da Previdência está diante dessa putrefata realidade. Não há como quebrar tamanha ofensiva da classe capitalista sem que o proletariado tome a frente na luta de classes e lidere a maioria oprimida contra o Estado burguês e seu governo. Essa é a tarefa colocada pelas condições objetivas. A vanguarda classista e consciente tem a tarefa de combater pela independência política da classe operária, pôr em pé as organizações de base livres do burocratismo sindical, e impulsionar a construção do partido operário revolucionário.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Manifestação em Recife repudia a presença de Bolsonaro

No dia 24 de maio, Bolsonaro e vários ministros vieram ao Recife para se reunir com governadores e prefeitos. Seu objetivo foi tramar a aprovação da reforma da previdência. O Comando Unificado de Mobilização, criado a partir das assembleias das três categorias, mas impulsionado fortemente pelo POR, a partir de uma plenária ampliada com a comunidade, definiu a realização de um ato de repúdio. Mais do isso, a proposta foi mostrar que a verdadeira resposta a Bolsonaro será nas ruas, no 30 de maio, e, principalmente, construindo a greve geral.

Como preparação, houve uma carta aberta feita com moradores da qual publicamos alguns trechos:

“Carta aberta a Bolsonaro

Bolsonaro, sabemos que no dia 24 de Maio você estará no Instituto Brennand e resolvemos escrever esta carta. Exigimos que você recue imediatamente e totalmente nos cortes do orçamento da Educação e na sua proposta cruel de reforma da previdência. Somos jovens, idosos, mulheres, negros, LGBTs, estudantes, professores e moradores da periferia. Exigimos que tire as mãos dos nossos direitos. Sua política desastrosa nos causará estragos sem volta.

Saiba que não votamos em você e nem acreditamos na intenção da sua equipe de ministros e aliados. Aqui é um bairro de pessoas que defendem a educação básica, fundamental e superior, assim como acreditamos na força da arte e da cultura que torna nosso povo ator de sua história (...)

Não admitimos a sua falta de respeito às pessoas que utilizam todo dia o Hospital das Clínicas como saída para cuidar da sua saúde e que poderão ficar desassistidas pela falta de recursos.

Exigimos a garantia de financiamento a todos níveis de ensino, das escolas à Universidade. Nossa carta expressa a indignação da comunidade escolar e universitária, que no dia 15 de maio se levantou nas ruas contra os cortes e em defesa da previdência social.

A reforma da previdência que está propondo nos empurra para uma vida desumana, onde trabalharemos até morrer, aumentando o tempo de serviço e de contribuição. Para quem está entre os 13,4 milhões de desempregados, ou entre os que vivem na informalidade, a realidade é bem pior. Pois, sem emprego e sem carteira assinada, chegar aos 40 anos de contribuição para uma aposentadoria integral é impossível.

A sua reforma da previdência aumenta o tempo para as mulheres se aposentarem, prejudica a aposentadoria de trabalhadores rurais e diminui o valor do Benefício de Prestação Continuada para menos de um salário mínimo e desobriga o Estado à compra de medicamentos que o povo não pode pagar.

Portanto, você não é bem-vindo no nosso bairro, no nosso estado, na nossa região. Xô Bolsonaro! Nossa resposta ao seu desgoverno será dada na luta. Vamos fortalecer nossos comitês nos locais de estudo, trabalho e moradia. Voltaremos às ruas no dia 30 de maio. E, em 14 de junho, nossa Greve Geral vai responder à altura a cada ataque seu.

*Comitê Popular da Várzea -
Comando Unificado de Mobilização da UFPE”*

O ato contou com o boicote da UJS e Levante, pois poderia se voltar contra os governadores aliados (PT, PCdoB e PSB), e com a



Foi um ato pequeno, mas combativo do início ao fim e que expressa a vontade de milhões.

indiferença do PCB e Psol que estão exclusivamente na campanha para reitor. Foi um ato pequeno, mas combativo do início ao fim e que expressa a vontade de milhões. Agitou a greve geral, abriu o microfone para todas correntes que apareceram, mesmo que elas tenham contribuído em nada ou muito pouco com sua realização. CSP-Conlutas, Simpere, PSTU, Andes, Rebeldia, Coletivo Maria Ieda, todos reforçaram em suas falas a denúncia à vinda de Bolsonaro e o chamado à greve geral. Moradores fizeram falas em defesa da educação, dos indígenas, e também em defesa de Lula. Uma das crianças usou o microfone para questionar o aparato policial, defender sua escola, seus professores e mostrar que “o povo quer trabalhar com carteira assinada”.

Na fala em nome do POR e na agitação, manifestamos que nenhum governador, parlamentar ou burocrata sindical está autorizado a negociar a retirada de direitos. Que nossa resposta não será daqui a 4 anos e sim uma resposta urgente, de classe: a greve geral. Para isso, é preciso formar os comitês, convocar as assembleias de bairro. Explicamos que a greve geral mostra quem é quem produz a riqueza do país. Entoamos juntos “Greve Geral, Greve Geral, Derruba o capitão e também o general”. Explicamos que não queremos o “Fora Bolsonaro”, mas sim derrubar este governo com a força da classe operária, camponeses, juventude, mulheres. A greve geral é um passo importante, mas isso deve servir para avançar o processo revolucionário.

Bolsonaro se encastelou no Instituto Brennand, um museu impulsionado por um rico, herdeiro dos engenhos, financiador da ditadura militar. Havia um grupo de apoiadores de Bolsonaro, protegidos pelos militares, cantando o hino e nos xingando. A área é colada a um regimento do exército. Desde a noite anterior, o bairro estava cheio de militares a cavalo circulando. Integrantes do Sinasefe foram impedidos de circular no caminho de sua própria sede, sendo agredidos por policiais e força de segurança nacional.

O ato concluiu de forma unificada ao meio dia, entoando juntos a defesa da ação direta (marcha, piquete, greve geral) em defesa da previdência, da educação, do emprego, contra toda opressão e

É preciso reagir à crise econômica

O golpe de Estado de 2016 teve como justificativa a necessidade de superar a crise econômica. Uma nova diretriz governamental conduziria à retomada econômica e, consequentemente, à volta do pleno emprego. Para isso, cabia aprovar e implantar duas reformas fundamentais: a da Previdência e a trabalhista. A partir delas, viriam outras medidas, como a reforma tributária, etc.

O diagnóstico das forças golpistas era e é o de que a economia do Brasil se encontrava em estado letárgico, devido a velhas relações trabalhistas, mantidas na forma de leis pela CLT; e devido ao déficit criado pela Previdência social, que não havia acompanhado o aumento da expectativa de vida da população. Nesse sentido, aumentava o peso dos gastos obrigatórios com a saúde e educação. O raciocínio lógico poderia ser simplificado na fórmula: se o Tesouro nacional gasta mais do que recebe, a conta não fecha. Assim, crescería sem cessar a dívida pública e o montante dos juros. A solução, também, estava à vista: ir ao encontro do superávit primário e, portanto, do equilíbrio fiscal. A economia de pelo menos R\$ 1 trilhão, em 10 anos, obtida pela reforma da Previdência correspondia ao cálculo do ajuste fiscal. Garantido esse recurso, abrir-se-ia o caminho para uma nova etapa de desenvolvimento da economia nacional.

A burguesia e o governo ocultam dos explorados que as contrarreformas expressam o agigantamento do parasitismo financeiro e o bloqueio às forças produtivas. Sabemos que essas contradições estão na base da economia mundial.

Em torno a esse fundamento da economia política burguesa, os explorados se movimentam no sentido contrário. Não podem e não devem pagar por um cálculo do ministro Paulo Guedes, cujo resultado é o de descarregar a crise sobre a maioria oprimida. A burguesia, de um lado, está firmemente unida quanto à inevitabilidade da reforma da Previdência. A classe operária e demais explorados, de outro, ainda procuram alcançar uma unidade prática contra essa via de suposta solução da crise econômica.

A reforma trabalhista de Temer-Meirles, por sua vez, tem resultados palpáveis. Os capitalistas, nem bem começaram a implantá-la, demonstram a voracidade com os lucros. A aplicação da terceirização provocou uma sensível instabilidade na vida dos assalariados. O que é bom para os exploradores, uma vez que podem reduzir seus gastos com a força de trabalho, e aumentar a lucratividade. Combinado com o aumento da taxa de desemprego, essa medida se torna ainda fulminante às necessidades básicas da maioria que sobrevive do trabalho. Não por acaso, cresceu assustadoramente o subemprego, ao lado de um enorme contingente que não tem nenhuma fonte de sustento. A estimativa de que aproximadamente 30 milhões de pessoas desempregadas e subempregadas revela a anulação de uma portentosa potencialidade produtiva, e a bárbara mutilação de milhões de brasileiros que compõem a força de trabalho.

Essa situação social das massas tem, no pólo oposto, a alta concentração de riqueza e propriedade em poder da ultraminoria burguesa. As reformas trabalhista e previdenciária resultarão em maior polarização desses extremos. Reforçam a tendência própria do sistema capitalista de exploração do trabalho de pauperizar as massas e enriquecer a minoria. Em hipótese alguma, tais contrarreformas – esse é o conteúdo verdadeiro das reformas – serão fatores de desenvolvimento econômico, nem aqui, nem em parte alguma. Há o agravante de que tais medidas são implantadas no país de economia atrasada e semicolonial para proteger os interesses do capital financeiro e dos monopólios internacionais.

Sob o governo golpista de Temer, o Produto Interno Bruto (PIB) mal se movimentou. Agora, cai a expectativa de uma retomada do crescimento, possivelmente para 1,5%, sob o governo de Bolsonaro. A estimativa, para o próximo ano, na melhor das hipóteses, é de 2,3%. O desemprego e o subemprego, portanto, continuarão altos, ampliando a pobreza, miséria e fome. A dívida pública manterá sua marcha ascendente, ultrapassando a casa dos 80% do PIB.

A burguesia e o governo ocultam dos explorados que as contrarreformas expressam o agigantamento do parasitismo financeiro e o bloqueio às forças produtivas. Sabemos que

essas contradições estão na base da economia mundial. Em última instância, a estagnação de décadas da economia brasileira é um reflexo do baixo desenvolvimento das forças produtivas mundiais e das tendências à desintegração, poten-

cializadas pela anarquia da produção mundial e, portanto, da superprodução. No entanto, não se devem desconhecer os fatores nacionais que travam o seu desenvolvimento, entre eles, o domínio monopolista de fora para dentro do país, e o vultoso parasitismo financeiro, que condiciona a política econômica dos governos. As contrarreformas se originam dessas contradições, e respondem aos interesses do imperialismo.

A ausência do partido revolucionário implantado no seio do proletariado impossibilita a elevação da consciência de classe da maioria oprimida diante da crise capitalista e das contrarreformas. As condições objetivas, porém, colocam a necessidade dos explorados combaterem, por meio da luta de classes, as medidas que os atingem brutalmente e subordinam, ainda mais, a economia interna aos interesses do capital financeiro e monopolista. A bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes!” deve vir acompanhada da plataforma de reivindicações de empregos e salários, de não pagamento da dívida pública, do fim do plano de privatização e desnacionalização, de reestatização das empresas privatizadas sem indenização, do controle operário da produção, da independência nacional e da estratégia própria de poder, que se materializa na bandeira de governo operário e camponês, da revolução proletária.

Perigos do desespero

A burguesia não esperava um conflito tão cedo entre o governo e o Congresso Nacional. A reforma da Previdência era ponto pacífico. O único problema seria a reação dos trabalhadores. Não era difícil obter a colaboração da burocracia sindical. A oposição, enfraquecida pelo golpe de Estado, não afrontaria um governo “legitimado” pelo voto popular. A ditadura civil de Temer já havia dado um passo na arrumação da casa, segundo o entendimento do capital financeiro. Cumpriu a transição golpista implantando o teto dos gastos, flexibilizando o orçamento e, sobretudo, aprovando a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Se não fosse a continuidade da crise política, Temer poderia ter obtido, inclusive, o aval do Congresso Nacional para sua reforma da Previdência. A contribuição desse governo foi mais além: restituiu o poder dos generais e dos órgãos de segurança, que havia sido rebaixado com o fim da ditadura militar. O impeachment de Dilma Rousseff recompôs no poder as velhas forças políticas, parte delas vinculadas ao golpe militar de 1964.

O plano da burguesia não previa a variante bolsonarista. Terminada a transição e apaziguado o conflito interburguês, que concluiu com o golpe institucional, bem como aprovadas as reformas exigidas pelos credores da dívida pública e pelos monopólios, esperava-se manter a governabilidade, com a aliança do PSDB com o MDB, que poderia contar também com o DEM. A conclusão do processo contra Lula e a sua prisão, sem que houvesse reação dos explorados, poderia pôr um ponto final à crise política, que se aprofundou com a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014. A derrota do candidato preferido pela burguesia, Geraldo Alckmin, e a demonstração de força eleitoral do lulismo, indicaram que a crise política não seria debelada e tomaria uma nova forma.

A fração burguesa ultradireitista, francamente pró-imperialista e servil aos Estados Unidos, assumiu o poder, sem representar de fato a unidade oligárquica, e sem ter como arrastar os explorados por detrás de sua política. A constituição de um governo militarizante, ditatorial e fascistizante expressou a tendência geral da burguesia nacional diante da profunda crise estrutural do capitalismo. No entanto, Bolsonaro e seu grupo de militares assumiram o comando do Estado, sem a devida sustentação partidária. O PSL é mais um dos artifícios gerados pela decomposição da democracia oligárquica. Para que desse certo, era preciso um impulso na economia, que não ocorreu no governo de transição de Temer. A persistência do baixo crescimento e as tendências à estagnação impossibilitaram ao novo

governo enganar as massas e reestruturar as forças burguesas no interior do Estado.

Bolsonaro, para governar, precisa submeter o Congresso Nacional e as demais instituições do Estado a uma centralização burocrática ditatorial. O seu vínculo com os Estados Unidos e a entrega dos postos-chaves da governabilidade aos militares pressupunham e pressupõem disciplinar o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria Geral da República, que tiveram seus poderes superdimensionados a partir da ascensão do PT ao comando do Estado. Ocorre que, nem o golpe de Estado teve, nem o governo de direita eleito tem, a força necessária para impor ao país um plano econômico antinacional e antipopular, sem agudizar a divisão interburguesa e a luta de classes. Isso explica, em grande medida, a ofensiva de um setor burguês e pequeno-burguês, ainda minoritário, no sentido de resolver a crise política por meio de uma ditadura plena, que esmague os movimentos, silencie os sindicatos e submeta o Congresso Nacional.

Nota-se um desespero entre os bolsonaristas, que não conseguiram estabelecer um caminho bem definido, e que passaram a dar tiros a esmo. É sintomático que o Centrão e a frente parlamentar da bíblia, do boi e da bala estejam impondo as condições de governabilidade a Bolsonaro. A oposição, liderada pelo PT, em aliança com o PSB e PDT, não tem capacidade de criar obstáculos aos projetos do governo. De forma que as dificuldades se encontram nas próprias forças políticas que deram o golpe de Estado, e que exigem a partilha do poder do Estado e da governabilidade. Não bastaram os conselhos de importantes setores da burguesia a Bolsonaro, para que abrisse mão do slogan eleitoral de fim da velha política e do “toma lá dá cá”. Ou Bolsonaro e seu grupo de militares aceitam as condições da coligação partidária que controla o Congresso Nacional, ou têm de se aventurar a um golpe de Estado. Parece prematuro colocar a situação nesses termos. A crise econômica e política, porém, ditam esse impasse, que se manifesta nos primeiros cinco meses do governo.

Os explorados devem se preparar para o pior, e desconfiar do que possa parecer o melhor. Certamente, a burguesia e seus representantes se utilizam da crise política para pressionar a oposição antibolsonarista e os trabalhadores a aceitarem a reforma da Previdência. Ao contrário, as divisões interburguesas e os conflitos do governo com o Congresso Nacional favorecem o movimento de defesa das condições de existência dos explorados.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Disposição de luta dos explorados

As massivas manifestações de 15 de maio, por todo o país, surpreenderam o governo. O chamado da CNTE, sindicatos e movimentos para a greve nacional da educação foi acatado amplamente. Ao ganharem as ruas dos principais centros urbanos, estudantes, professores, funcionários e populares, a greve assumiu o conteúdo político antigoverno e contra as reformas reacionárias. De fato, o movimento refletiu uma tendência profunda das massas em se opor à ofensiva geral da burguesia, que, com as contrarreformas, liquidam antigas conquistas trabalhistas e educacionais.

Os combativos atos e marchas serviram como um termômetro para a greve geral de 14 de junho. Tudo indica que a classe operária pode retomar a greve geral de 28 de abril de 2017, contra a reforma da Previdência, trabalhista e terceirização. A intervenção do proletariado é decisiva para impor a derrota ao governo, ao Congresso Nacional e ao conjunto da burguesia. Pelo visto, nem mesmo as centrais sindicais esperavam que as massas acaatassem a greve da educação, e a utilizassem para ganhar as ruas contra o governo antinacional e antipopular de Bolsonaro.

Inúmeras reuniões foram realizadas posteriormente, objetivando preparar a greve geral de junho. As centrais sindicais, principalmente a CUT, orientaram os sindicatos a convocarem as assembleias e mutirões. Na reunião, realizada nas dependências do Dieese, de 20 de maio, se discutiu a convocação de manifestações no dia 30 de maio, proposta pela UNE. Esperam-se novos atos políticos, que assinalarão o caminho da greve geral. São, sem dúvida, medidas positivas.

É preciso fazer todo empenho para que a classe operária se lance contra o governo e a burguesia, com seus métodos próprios e organização independente. Nesse sentido, a posição de utilizar a coleta de assinaturas, abaixo-assinado, e as negociações das direções sindicais com parlamentares levanta a suspeita do perigo de subordinar a greve geral às decisões do Congresso Nacional. O condicionamento da luta às negociações parlamentares, inevitavelmente, limita a luta de classes, a canaliza para a institucionalidade burguesa e as leva à derrota. Esse é o problema político

e organizativo que comparece contraditório e negativamente em relação às medidas de mobilização. A vanguarda e a fração classista do movimento não podem ignorar esse desvio, que já se manifestou no movimento de abril de 2017.

Os explorados querem e necessitam de uma unidade coesa. Quanto mais massiva, bem organizada e assentada nos métodos da luta de classes, mais força terá para enfrentar a reação do governo, do Congresso Nacional e da burguesia. O contrário também é verdadeiro, uma aparente unidade, ou unidade circunstancial, ditada pela direção burocrática e pelo objetivo de limitar o movimento às manobras do Congresso Nacional, acabará por minar a unidade e a confiança das massas na possibilidade de vitória.

É obrigatório impulsionar a orientação de convocar as assembleias, formar comitês de base, organizar reuniões, realizar atos e propagandear e agitar a greve geral. É obrigatório pôr toda energia para as manifestações do dia 30. É obrigatório também rejeitar, em cada situação concreta, a linha exposta por Paulinho da Força, no 1º de Maio, de negociar mudanças na reforma de Bolsonaro-Guedes. É obrigatório combater a posição de que “alguma reforma da Previdência é necessária”. Essa ideia está plantada no movimento e na população em geral. Não tem havido, porém, uma defesa contrária, provavelmente para se evitar a quebra da unidade burocrática.

Não se vence a burguesia e seu governo sem a derrota política e ideológica dos falsos aliados no seio das massas. A diplomacia pequeno-burguesa e burguesa tem de ser extirpada da frente única de combate. Para isso, é fundamental guiar o movimento sob bandeiras claras, organização independente da influência dos adversários e método de luta do proletariado.

A vanguarda com consciência de classe e fiel aos interesses dos explorados tem a seu favor a pressão das massas sobre a burguesia e a própria crise de governabilidade. Apoiado em suas tendências de luta, pode desenvolver o programa e a política do proletariado em contraposição à política de conciliação de classe da burocracia sindical.

O LUGAR DA CSP-CONLUTAS DIANTE DA GREVE GERAL

O manifesto aprovado na Plenária Sindical e Popular, realizada no dia 18 de maio, em grande medida, se limitou a reproduzir a orientação da direção do movimento, ou seja, da posição consensual das centrais.

Acrescenta, porém, um ponto de muita importância. Eis: *“As entidades aqui reunidas, que somam mais de 50, se declaram contra qualquer tentativa de negociação de direitos previdenciários, ou medidas que afetem o sistema da Segurança Social, seja a famigerada proposta de Reforma da Previdência de Bolsonaro, ou outras semelhantes e variantes, como a que parte do Congresso Nacional já anuncia”*.

Essa formulação não comparece na orientação das demais centrais. Não sabemos se a CSP-Conlutas a defendeu como ponto fundamental das diretrizes gerais, e ficou em minoria. No comunicado e propaganda, a bandeira é “contra a Reforma da Previdência”. De forma geral, há uma unidade em rejeitar a reforma de Bolsonaro-Guedes. Não se sabe, porém, que centrais estão a favor de negociar um projeto alternativo. A CSP-Conlutas e o PSTU, seu principal dirigente, sabem que corre solta a avaliação de que “uma reforma da previdência é necessária”. A falta de transparência sobre as posições em torno da negociação

com parlamentares da oposição é total. Somente o Paulinho da Força, afirmou com todas as letras que não há o que fazer, senão confabular com o Centrão uma forma de “desidratar o projeto do governo”. O silêncio da direção do movimento foi e é sintomático. Era e é necessário rejeitar ou afirmar esse objetivo derrotista. A posição classista e fiel à luta é de rejeição. No fundo do discurso do Paulinho, criador da Força Sindical e do partido Solidariedade, está a convicção de que “alguma reforma é necessária”. O conteúdo dessa premissa é dado pela necessidade da burguesia, em geral, e do capital financeiro e do imperialismo,

em particular. Há outra possibilidade do derrotismo, que diz respeito a uma provável avaliação de que não é possível derrotar o governo. Seria possível, no entanto, alterar o projeto ou, ainda, apresentar um alternativo.

A CSP-Conlutas tinha o dever de romper com a manobra do silêncio e evidenciar seu desacordo. Sem que critique a burocracia conciliadora, a frente única acabará servindo para desviar a revolta dos explorados. Em outras palavras, concluirá como uma frente burocrática, que enterrará a greve geral no plenário da Câmara dos Deputados. Não se trata apenas de criticar e de se diferenciar da linha conciliadora, mas de lutar para derrotá-la e ajudar os explorados em luta passar por cima dos muros da bu-

rocracia. A atitude de se precaver, recorrendo a uma declaração inócua, diante de uma traição anunciada – Paulinho a anunciou – não corresponde a uma direção classista e revolucionária. A bandeira de luta contra a reforma tem de ser traduzida na bandeira “Abaixo a reforma de Bolsonaro-Guedes e do Congresso Nacional”. A insistência em não definir claramente a bandeira que conduz o descontentamento e a unidade dos explorados oculta a estratégia derrotista da burocracia.

A diferença exposta no Manifesto da CSP-Conlutas é acanhada e declamatória. O fato de se empenhar no mutirão do abaixo-assinado, como se fosse um simples meio para divulgar a greve geral entre os trabalhadores, revela a cegueira

de sua direção e do PSTU. A sua principal função é a de colocar as centrais no campo das negociações parlamentares e, assim, servir para sua tradicional política de pressionar os deputados. Um abaixo-assinado é útil na situação de desmobilização e de dificuldade dos explorados saírem à luta. Não é o caso em que as massas estão por se organizar e acatar o chamado à greve geral. Essa não foi a conclusão das centrais e, principalmente, da CUT diante da enorme mobilização do dia 15? Se a CUT pretende sinceramente “enterrar de vez esta reforma da Previdência”, deveria organizar a greve geral não apenas contra Bolsonaro-Guedes, mas também contra o Congresso Nacional, que é uma cova de bandidos da burguesia.

O aumento do diesel é expressão do protecionismo às multinacionais

O governo Bolsonaro se apresenta, em sua área econômica, como ultraliberal. Faz retórica, dizendo que o mercado deve regular os preços das mercadorias e serviços. Quanto ao preço dos combustíveis, incluído o óleo diesel, afirma que deve seguir o preço do mercado internacional. Por conta disso, tem aumentado o preço desse combustível, que move a maior parte do transporte rodoviário no país, em valores muito acima da inflação.

Os caminhoneiros têm ameaçado com nova greve nacional. Conseguiram um acordo com o governo que os protege formalmente dos aumentos, atrelando o preço do frete ao do diesel. Dizemos formalmente, porque é sabido que o preço do frete é rebaixado, de acordo com as pressões das companhias transportadoras.

O fato é que os preços são mantidos elevados, sem nenhuma relação com a oferta e procura nacional. Se se aplicasse de fato o chamado liberalismo, então, a enorme capacidade produtiva brasileira e o gigantesco consumo nas estradas permitiriam um rebaixamento de seu preço e aumento da produção.

O que ocorre, no entanto, é o inverso. O alto preço do diesel inibe o consumo interno e as refinarias desativam parte de sua capacidade produtiva. O país passa a exportar mais petróleo cru, perdendo a chance de aumentar a receita com a criação de valor nos insumos industrializados. O atraso industrial é potencializado.

Quem se beneficia com a intervenção altista do diesel são as multinacionais petrolíferas estadunidenses e europeias. No caso de inserção de diesel a baixo custo no mercado internacional, os preços e os lucros das multinacionais tenderiam à queda. O que inibiria sua produção. A alta dos preços dos combustíveis se mostra, assim, não uma medida liberal, e sim uma medida protecionista do capital financeiro internacional.

O liberalismo econômico é inviável nas condições de uma economia mundial capitalista, em sua fase imperialista, em decomposição. O domínio dos monopólios e do capital financeiro, cada vez maior, inibe a concorrência que restou do passado liberal. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que se manifesta nas crises de superprodução de valor, seguidas de destruição em massa, obriga o capital financeiro a se proteger por meio do parasitismo estatal. Deixar a chamada “mão do mercado” agir é levar a uma queda da taxa de lucro tão brutal, que praticamente inviabiliza a reprodução ampliada do capital. O contrário acontece: o Estado, como instrumento da ditadura de classe capitalista, age, ou procura agir, na contramão das leis econômicas. Sustenta artificialmente o prêmio dos capitalistas com subsídios, alta artificial de preços, superexploração da força de trabalho, elevação das garantias ao parasitismo das contas públicas, contenção artificial da tendência de substituição do papel industrial das potências pelo de financista.

O esgotamento histórico do capitalismo obriga a burguesia a se tornar cada vez mais parasita do Estado e de suas medidas de proteção. Tudo, claro, à custa das condições de vida e trabalho das massas.

Para combater essas tendências, as massas devem se erguer num poderoso movimento unitário, e exigir:

a) no caso da alta do diesel, seu congelamento de preço, e reestatização de toda produção, refino e distribuição do petróleo, a começar pela Petrobras, sob controle operário;

b) contra o parasitismo à custa da vida e trabalho das massas: abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes – nenhum corte à educação e saúde – anular a reforma trabalhista e de terceirização de Temer/Meirelles – conquistar o pleno emprego por meio da escala móvel de horas de trabalho – e o salário mínimo vital para defender a vida dos assalariados e suas famílias.

Manifesto

Greve Nacional da Educação, com grandes manifestações em todo o país

É preciso desenvolver a independência de classe

16 de maio de 2019



O dia 15 de maio ficará marcado pela greve nacional da educação, contra os cortes de verbas e a reforma da Previdência. Em dezenas de cidades, as universidades paralisaram as aulas. Aderiram ao movimento professores da rede particular de ensino, estudantes, funcionários e professores das universidades estaduais, professores do ensino médio e fundamental público, além das universidades federais.

Houve greves nas universidades de Acre (1), Alagoas (4), Amazonas (1), Bahia (9), Ceará (3), Distrito Federal (3), Espírito Santo (2), Goiás (2), Maranhão (2), Mato Grosso (3), Mato Grosso do Sul (3), Minas Gerais (15), Paraíba (3), Pará (5), Pernambuco (4), Paraná (9), Piauí (2), Rio de Janeiro (9), Rondônia (1), Rio Grande do Norte (5), Rio Grande do Sul (11), Santa Catarina (5), São Paulo (24 campi), Sergipe (1), Tocantins (1). 26 escolas particulares em S. Paulo se colocaram pela paralisação. Em pelo menos 12 cidades do interior paulista houve protestos de rua. Manifestações massivas nas capitais dos estados, com dezenas de milhares e até centenas de milhares.

A adesão massiva à greve nacional da educação mostra que há uma forte tendência de luta entre as massas estudantis. As manifestações de rua massivas disseram não ao governo ditatorial, fascistizante, antinacional e antipopular de Bolsonaro. Indicaram o descontentamento com os ataques da burguesia e as contrarreformas que destroem direitos e impõem brutal retrocesso a antigas conquistas dos explorados. As massas em luta, na prática, se distanciam, ainda que em certo grau, da política de "diálogo" ditada pelas direções. Certamente, a ausência de uma forte organização revolucionária por meio do

partido, e enraizada entre as massas estudantis poderia projetar ainda mais essas manifestações contra o governo, a reforma da Previdência e os cortes. O momento e a necessidade da unidade colocaram concretamente a organização das assembleias gerais universitárias (dos três setores), que chegaram a se realizar em unidades, ainda que limitadas.

Professores de Porto Alegre foram reprimidos pela polícia com bombas de gás. Também no Rio de Janeiro, à noite, houve repressão policial contra os manifestantes, após o encerramento do ato. Em geral, a polícia não atacou os movimentos. Note-

se que o Ministro Weintraub, da Educação, foi convocado a depor na Câmara dos Deputados, inclusive por parlamentares ligados ao governo, o que mostra que uma parte da própria burguesia não aprovou a medida.

Chamou a atenção o fato de reitores de diversas universidades terem se colocado a favor do movimento. O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) se manifestou em

declaração conjunta nesse sentido. O reitor da Universidade Federal de Goiás convocou uma assembleia geral universitária (de caráter apenas consultivo), com mais de 5 mil pessoas. E há vários outros exemplos.

Certamente esse gesto indica que a burocracia universitária e as reitorias se sentiram atingidas em seus interesses particulares. Os cortes do governo Bolsonaro lhes vão afetar de diversas formas, e são essas consequências que moveram os burocratas a apoiarem a greve. É fundamental garantir a independência política e organizativa do movimento, e não confundir as suas bandeiras com os interesses corporativos da burocracia.

A adesão massiva à greve nacional da educação mostra que há uma forte tendência de luta entre as massas estudantis. As manifestações de rua massivas disseram não ao governo ditatorial, fascistizante, antinacional e antipopular de Bolsonaro.

As movimentações dos reitores e burocracias contra o governo expressam a profunda crise política e econômica, bem como o caráter ditatorial do governo Bolsonaro. No entanto, não devem ser vistas como “parte” do movimento dos que estudam e trabalham. É um grave erro subordinar as reivindicações mais sentidas de estudantes e trabalhadores, bem como seus métodos de luta, à unidade com as reitorias e suas burocracias. E isso vem acontecendo, desde antes do dia 15 de maio.

Se as reitorias e suas burocracias estão em choque com o governo, significa que a repressão interna nas universidades está momentaneamente bloqueada por conta dos interesses particulares dessa casta, e isso favorece a mobilização de dentro para fora delas. O que não pode levar a anular a luta dos que estudam e trabalham por suas necessidades mais sentidas, e com os métodos da luta de classes. E é isso o que têm defendido, de forma aberta ou velada, a maior parte das direções do movimento.

Exemplos disso ocorrem quando essas direções combateram, nas assembleias, os métodos de luta que se chocam com as reitorias e burocracias. Para as direções de PT/PSOL/PCdoB/PCB, não se deve organizar “trancaços” de entradas, piquetes com “cadeiraços”, protestos contra as reitorias, nada disso. Afirmam que a greve é para o “diálogo” com a sociedade, para explicar os malefícios dos cortes na educação. Essa política está subordinada à pressão parlamentar e de desgaste eleitoral, não voltada à ação direta de combate de massas nas ruas. Pela via das eleições e parlamento, controladas pelo mesmo poder eco-

nômico que reivindica os cortes em favor do parasitismo financeiro, as universidades públicas tendem a falir.

A tática revolucionária, nessa situação, é golpear o governo com as forças que estão se opondo aos ataques, o que inclui o protesto da burocracia e das reitorias, mas marchar completamente separados delas, com nossas próprias bandeiras e métodos de ação. Neste caso, a luta para por Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes, e por nenhum corte das verbas da Educação, está interligada. Assim como a defesa da real autonomia e democracia universitárias (quando se pretende aumentar a ingerência governamental sobre as universidades), que só podem começar a existir no marco da convocação das Assembleias Gerais Universitárias (dos três setores), com poder de deliberação, e opostas ao controle das reitorias/governos. Portanto, excludentes das reitorias/burocracias.

Quando levantamos nossas bandeiras e métodos de luta de forma independente das reitorias e burocracias, estamos preservando a independência política e organizativa do movimento. Essa independência é necessária, para que não se perca de vista o caráter das reitorias/burocracias, que são instrumentos autoritários e repressivos da burguesia e seus governos, contra os que estudam e trabalham. E para que não se limite o movimento aos interesses particulares dessa casta, mas que se expanda para se unir às lutas gerais dos explorados contra o governo e a burguesia. Somente assim, a greve nacional da educação de 15 de maio poderá ser um passo na direção de uma verdadeira greve geral no dia 14 de junho.

Disposição de luta marcou as manifestações de 15 de maio



Amazonas e Rondônia

Mobilização de rua reage aos ataques de Bolsonaro

Como no restante do país, as manifestações do dia 15 de maio, da greve nacional, se concentraram nas cidades onde havia universidades e institutos federais. As maiores manifestações ocorreram nas capitais do Amazonas e do Pará, onde se encontram também as maiores cidades e universidades da região (Manaus – UFAM, e Belém – UFPA, respectivamente). Com exceção de Rondônia (UNIR), a organização dos atos foi encabeçada pelas associações docentes e pelo movimento estudantil universitário. Houve pequena participação de secundaristas e professores da educação básica, com exceção do Amazonas, em que a rede estadual está em greve por reajuste salarial de 15%. Militantes da Corrente Proletária e do POR participaram dos atos e organização



(Fotos das manifestações pelas avenidas de Porto Velho/RO)

em Porto Velho (Rondônia) e Humaitá (Amazonas).

Em Porto Velho, a atividade foi organizada, prioritariamente, pelos estudantes ligados a Centro Acadêmicos e ao DCE da UNIR. A Associação Docente (ADUNIR) tem se mostrado ausente da organização das atividades e mobilização do ano. É uma direção imobilista, que nunca convoca assembleias, debates, reuniões. Houve, por exemplo, recentemente organização de um debate sobre a reforma da Previdência (03 de maio), mas organizado por militantes/professores do IFRO, e não da UNIR, embora tenha ocorrido dentro da universidade federal.

Apesar do boicote da direção dos docentes, os estudantes da UNIR (ligados majoritariamente ao “Levante Popular”), e também do IFRO, compareceram em peso, e formaram a maior parte



(Fotos das manifestações em Manaus e Humaitá/AM)



dos cerca de 2 mil manifestantes. Houve unificação com outros setores, como a direção do SINTERO (Educação Básica), que fez uma tímida convocação, junto aos trabalhadores da educação das redes municipal e estadual. A concentração do ato ocorreu na Praça das Três Caixas D'Água, de onde saíram todos em passeata pelas principais vias da cidade. Assim, participaram universitários, secundaristas e professores da educação básica, além de alguns populares e sindicalistas.

Os militantes da Corrente Proletária/POR atuaram com o manifesto nacional, e com os cartazes de "Abaixo a Reforma da Previdência".

No Amazonas, pelo menos desde a preparação do dia Primeiro de Maio, há uma unificação entre as direções dos professores do ensino superior com os da educação básica, em virtude da greve da rede estadual. Assim, Sinteam (Educação Básica) e ADUA (seção da UFAM) têm realizado atividades conjuntas.

No dia 15 de maio, em Manaus e nos outros 5 campi do interior da UFAM, houve passeatas e atos contra os cortes e contra a reforma da Previdência, mostrando que o ataque do governo é geral, e deve ser respondido de forma geral.

Em Manaus, a concentração ocorreu na entrada da Universidade, mas houve a grande passeata pelo Centro Histórico, reunindo cerca de dez mil manifestantes, entre estudantes da educação superior e básica e professores dos dois níveis também. Na UFAM, os cortes chegam a 38 milhões de reais, e podem inviabilizar, no segundo semestre, as bolsas de iniciação científica, por exemplo.

Houve atos também nas unidades de Humaitá, Parintins, Benjamin Constant, Coari e Itacoatiara, reunindo vários setores, como em Manaus. Em Humaitá, os militantes da Corrente Proletária

Greve Nacional da Educação

intervieram desde o início na confecção do panfleto, na divulgação dos manifestos e na própria organização do ato, que reuniu centenas de manifestantes, sobretudo, estudantes universitários, e seguiram pelos bairros populares até a orla da cidade.

A tendência é que as próximas manifestações só cresçam no norte do país, refletindo os atos massivos das demais regiões, e também a própria insatisfação com o governo ultradireitista e antipopular de Bolsonaro. É preciso que sigam com independência e sob os métodos da ação direta para reverter os cortes e barrar definitivamente a maldita Reforma da Previdência.

São Paulo

POR se pronuncia no ato em defesa da bandeira "Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes" e contra os desvios oportunistas

O ato na Av. Paulista foi massivo e contou com a participação de dezenas de organizações políticas, sindicatos e entidades. O POR esteve presente e pôde fazer uma breve saudação no carro de som. O camarada responsável iniciou apontando o conjunto de ataques desferidos contra a educação e os explorados em geral, o que exigia erguer a luta de resistência. A forte demonstração de força daquele 15 de maio fazia parte desse esforço, mas era necessário avançar para uma verdadeira greve geral em 14 de junho. Para cumprir essa tarefa, no entanto, os explorados teriam de se chocar com a política de pressão parlamentar, o pacifismo, a confiança na Justiça burguesa e a via eleitoral. Tratava-se, ao contrário disso, de impulsionar a mobilização desde a base, no campo da independência de classe e com o método da ação direta, como as passeatas, ocupações e a própria greve geral, paralisando a produção. Encerrou puxando a palavra de ordem de "greve geral, greve geral, greve geral!".

Como se vê, o pronunciamento procurou sintetizar a política do proletariado, o que passava por denunciar os desvios oportunistas das direções reformistas e centristas, desvios que constituem hoje o maior obstáculo para o aprofundamento do conflito das massas com o governo e suas medidas, principalmente a reforma da previdência. A greve do dia 15 de maio provou que há disposição de luta entre os explorados. Trata-se de converter essa disposição em ação concreta, com uma greve geral massiva e radicalizada.

IFSP Caraguatatuba adere à greve nacional da educação

Diante do corte anunciado pelo governo Bolsonaro no orçamento da Educação, o Diretório Acadêmico (DA) e o Grêmio Estudantil do Instituto Federal de Caraguatatuba convocaram uma assembleia para o dia 8 de maio. A assembleia discutiu o impacto do ataque e o tamanho que representa para o IFSP e, em particular, o campus da cidade.

Com número considerável de alunos, votou-se por unanimidade por paralisar no dia 15 de maio e realizar um ato em defesa da educação pública. Tal decisão pressionou os professores e técnicos-administrativos a apoiarem os estudantes.

Importante destacar que a pauta também seria contra a reforma da previdência, porém, as direções do DA/Grêmio vacilaram, ao conciliar com uma pequena parcela contrária a discutir sobre a reforma, e manter como bandeira apenas a contrariedade ao corte. Isto sectarizou a organização do ato junto com o Comitê Resistência do LN. Só que a dimensão que o ataque à educação

tomou no país fez com que, no dia da greve nacional da educação, chamado pela CNTE, tomasse um corpo espontaneamente de “unificação” com alguns petroleiros e classe média arruinada (professores, servidores, etc.).

O ato no dia contou com estudantes, professores estaduais e universitários, petroleiros, secundaristas e servidores federais. Saiu do IFSP em direção ao centro da cidade, com um carro de som dos petroleiros gritando palavras de ordem contrárias às medidas e aos ataques gerais das reformas. Já no centro, foram feitas fala de rechaço ao corte dos últimos anos na educação no geral, das reformas já aprovadas e as que estão em andamento, como a da Previdência. Que a greve na educação tem de servir para preparação para greve geral de 14 de junho, e a denúncia de fechamento de uma escola em Ilhabela pela Diretoria de Ensino (DE). Denúncia esta que foi reforçada na porta da DE na volta da passeata.

No final, uma plenária formada pelos participantes deliberou que o DA/Grêmio deve chamar uma assembleia para discutir a greve geral do dia 14 de junho. Isto mostra que os alunos estão dispostos a lutar, o que já é o primeiro passo para empurrar as direções dos representantes estudantis a romper com a conciliação com a burocracia da instituição.

O POR atuou na assembleia estudantil e no ato com falas, distribuição do boletim e do manifesto contra o corte. Defendeu que as entidades dos que estudam e trabalham se unifiquem ao Comitê Resistência LN e, assim, organizemos um grande ato na região, como foi na greve geral de 28 de abril de 2017.

Nordeste

Recife - Uma trincheira em defesa da Educação e pela greve geral contra a reforma da Previdência

A Greve Nacional da Educação foi organizada de forma democrática. Houve assembleias de categorias de professores e técnicos de vários níveis de ensino. A UNE e UBES convocaram assembleias estudantis. Houve plenárias abertas a todas entidades dispostas a construir o ato, e muitas atividades de mobilização. Nesse espaço, nos contrapusemos à forma festiva como as maiores entidades estavam planejando o ato. Na UFPE, foi formado o Comando Unificado de Mobilização com as três categorias.

A indignação contra as medidas de destruição da educação pública impulsionou as massas, sobretudo estudantis, às ruas. Em Recife, uma multidão de 70 mil pessoas marchou pelas ruas do Centro. Houve manifestações em várias cidades do interior. Petroleiros e MST estavam presentes. A chantagem do governo de dizer que, se a reforma da Previdência for aprovada, o recurso cortado será liberado, não surtiu efeito. No ato, a bandeira contra os cortes esteve soldada à defesa da Previdência social. O predomínio das palavras de ordem foi o chamado da greve geral.

No ato, houve três carros de som. O principal, das entidades sindicais, padeceu do cretinismo parlamentar. Bastava que algum vereador, deputado ou até mesmo assessor passasse por perto para ser passado na frente para usar o microfone. E, após as falas, eles ainda ficavam no carro, como em um camarote vip. O mesmo ocorreu com os reitores. A disposição das massas, porém, era outra. A fala do reitor da UFPE, Anísio Brasileiro, apoiado pelo PT, foi respondida com vaias. Resposta a quem criminalizou os estudantes que lutaram contra a PEC do teto dos gastos, em 2016, e a dos que lutam contra a restrição no Restaurante Universitário.



(Massivo ato em Recife - PE)

Na fala da Corrente Proletária, no carro de som, alertamos que não serão os parlamentares que derrotarão a reforma da Previdência, pelo contrário, eles querem negociar uma reforma “menos pior”. Afirmamos que não está nos planos de nenhum deles ampliar direitos, por isso, não devemos aceitar nenhuma negociação ao redor de aspectos, e sim construir os comitês nos locais de estudo, trabalho e moradia, convocar assembleias democráticas para construir uma poderosa greve geral, que derrote a reforma da previdência. Unir à luta pelos empregos. Realizar uma greve ativa, que recorra à ação direta. E entoamos a palavra de ordem: “marcha, piquete, greve geral, ninguém tira do povo a Previdência social”.

No outro carro de som, as entidades estudantis se revezaram em falas e palavras de ordem. Denunciando o governo, os cortes e a reforma da Previdência. Um último carro, da CSP-Conlutas, ficou à deriva no final do ato, com músicas despolitizadas e sem uso do microfone, inclusive abafando as palavras de ordem.

O balanço geral, porém, é de que foi um ato massivo, combativo, que se somou aos atos ao longo do país, para dar o recado ao governo de que haverá luta contra os cortes e a reforma da Previdência. Os espaços organizativos permanecem e estão sendo ampliados, com a realização de plenárias das entidades da educação, plenária das centrais sindicais e a concretização do Comando Unificado na UFPE, com a agenda de mobilização para a construção do 30 de maio, dia nacional de lutas, e, principalmente, a Greve Geral de 14 de junho.

João Pessoa (PB) - 30 mil pessoas ganham as ruas da capital

Os cortes na educação levaram às ruas de João Pessoa cerca de 30 mil pessoas, no último dia 15/05. O ato foi convocado pelas centrais e movimentos, assim como por sindicatos (Adufpb, Sintesp, Sintef, Sintep, Sinte-JP etc) e setores da educação, em especial universitários da UFPB, UEPB e secundaristas, estiveram em peso.

A marcha tinha como itinerário a saída do colégio Lyceu Paraibano, e finalização na praça Ponto de Cem Réis, local próximo à Assembleia Legislativa, onde aconteceria uma sessão pública em defesa da educação (por aí se vê o eleitoralismo das direções do movimento). Mas, a sessão foi modificada de local, na tarde anterior ao ato, passando ser realizada do TCE, em um bairro distante do centro da cidade, dificultando a locomoção dos manifestantes e, consequentemente, a pressão popular. O Ato encerrou a caminhada no Ponto de Cem Réis.

Os simpatizantes do POR distribuíram o manifesto, divulgando a linha partidária de defesa da greve geral, e da formação de comi-

tês de luta por locais de trabalho e estudo. Estiveram sob a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes.

Ceará - Fortaleza - Coluna do POR levanta a bandeira de estatização de todo o sistema de ensino

A greve nacional da educação em Fortaleza teve massiva adesão. Escolas de ensino fundamental e médio, universidades estaduais, IFCE, e universidades federais paralisaram. Os organizadores do ato (Sindicatos docentes, centrais e entidades estudantis) marcaram passeata para o centro, na Praça Clovis Beviláqua, com a manifestação seguindo para o prédio da Reitoria da UFC, no bairro Benfica.

A manifestação contou com cerca 100 mil, segundo a CUT, sendo a maioria de estudantes universitários da UFC e UECE, professores, alunos de escolas públicas de ensino médio e fundamental. No ato, também estiveram presentes os sindicatos da Apeoc, Sindiute, Adufc, e entidades como UNE, UBES, além de correntes políticas como PT, PCB, PSOL, PCdoB.

O contingenciamento de verbas na educação faz parte das reformas que Bolsonaro/Guedes para manter o pagamento da dívida interna. O intuito do governo privatista, além de pagar a dívida pública, quer colocar o dinheiro da educação nas mãos da burguesia, sucateando o ensino público para favorecer o privado.

Os cortes, que atingem duramente as universidades federais, e também as estaduais (que tiveram projetos e programas de bolsas suspensos), gerou profundo descontentamento e motivou inúmeros debates, assembleias estudantis e plenárias unificadas dos 3 segmentos. Diante da ameaça da falta de recursos para pagamento de água, luz e limpeza, até mesmo a autoritária burocracia universitária (Reitores, Pró-Reitores, Diretores de Centro, etc.), que sempre esteve comprometida com as políticas educacionais dos governos, apoiou a ação de estudantes e docentes. Na educação básica, atingida com cortes de R\$ 2,4 bilhões (da merenda escolar à programas de EJA), grêmios e comitês estudantis atuaram em algumas escolas preparando a mobilização, embora muito aquém do esperado.

As centrais e os sindicatos docentes da UFC e UECE (Adufc/Sinduece), os sindicatos da educação básica (Sindiute e Apeoc), e as entidades nacionais estudantis (UNE/UBES), assim como correntes políticas legalizadas, foram unânimes em se colocar contra os cortes e pela greve geral do dia 14 de junho. Contudo, com alguma variação de nuances, esse imenso bloco aposta na unidade do “campo democrático e progressista”, e na disputa eleitoral de 2020, como uma saída para a crie política vivida. Mais à esquerda, correntes que se mantêm no espectro eleitoral, levantaram a bandeira de “Fora Bolsonaro!” em meio às manifestações, ao passo que o PT tem repetido que é preciso respeitar as instituições democráticas e o mandato de Bolsonaro, abandonando a bandeira agitada outrora e considerada hoje “aventureira”, que serviu à burguesia para a derrubada do governo Dilma.

O POR marcou presença no ato com bloco de simpatizantes (estudantes e professores), panfletagem, palavras de ordem, faixas e bandeiras. O partido, na atividade, levantou a bandeira de nenhum corte na educação, em defesa da educação pública, gratuita, laica e única com a estatização do ensino privado, sob controle de quem estuda e trabalha. Denunciou a reforma da Previdência, prestes a ser aprovada na Câmara, e a necessidade de sua derrubada através da greve geral, construída a partir dos comitês dos explorados, e a Frente Única Anti-imperialista e anticapitalista.

O avanço da crise política, o prosseguimento da estagnação

| Greve Nacional da Educação

econômica e os ataques reacionários da ultradireita, porém, criam, cada dia, novas e melhores condições para a atuação da vanguarda militante. Cabe aos poristas saber ligar-se aos explorados, para avançar a propaganda e a agitação em torno das consignas que defendam a vida das massas contra a crescente barbárie capitalista.

Rio Grande do Norte - Natal - Massiva rejeição ao governo e suas reformas

O ato contou com mais de 70.000 pessoas. Iniciou em frente ao shopping Midway, e caminhou pela Av. Salgado Filho (BR 101), por cerca de 4 km, até à “Árvore de Mirassol”. Não se conseguia ver o final do ato. De início, as centrais tentaram disciplinar o ato a percorrer apenas uma das mãos, obedecendo ao acordo com a polícia. Os secundaristas chegaram a tencionar com os policiais e a multidão naturalmente se impôs, percorrendo as duas mãos.

Apesar do caráter multitudinário da manifestação, predominou a política reformista no teor das bandeiras e palavras de ordem, e no tom majoritariamente pacifista do ato. O dia 15 de maio expressou o tamanho da rejeição das massas às medidas de ataque do governo à educação. Resta agora transformar essa força quantitativa em avanço organizativo na forma de comitês por local de trabalho, estudo e moradia, e avançar nas reivindicações e métodos de luta.

Por fim, houve um episódio de repressão por parte da polícia militar a dois estudantes, acusados de pichar próximo ao comitê eleitoral do PSL. Quando a viatura tentou sair, os manifestantes se colocaram na frente e impediram a passagem. O ato se dividiu, e uma parte dos manifestantes permaneceu, gritando que só sairia dali com a libertação dos estudantes. A diretora do SINTE/CUT, que conciliava com a polícia, se viu em um impasse. A burocrata apostou no esvaziamento do ato, mandando os manifestantes seguirem, mas sem obter sucesso. Uma oradora no carro de som solicitou a intervenção da governadora do PT, mas logo a burocrata desconvorsou. O advogado clamou pela “legalidade”, e foi rechaçado. Por fim, a burocrata usou do último artifício, colocando a mãe de um dos adolescentes para convencer os manifestantes, o que acabou por fim quebrando a resistência. Os policiais organizaram um corredor entre os manifestantes, no qual os dois adolescentes passaram com a mãe e um policial, e entraram no carro do SINTE/RN (!), que os levou para a delegacia, onde de uma forma ou de outra foram fichados, e poderão ter de comparecer à Justiça. Com uma direção conciliadora e legalista, os manifestantes não tinham como libertar os dois jovens, o que dependeria de romper o cerco da polícia.

“Boulos em Natal”

Em ginásio do IFRN lotado, Guilherme Boulos discursou para estudantes e trabalhadores, como parte de sua caravana nacional. Em seu discurso, criticou a postura entreguista e submissa do governo servil de Donald Trump, a perseguição aos professores com a lei da mordada, a sua relação com as milícias, e a fala de Bolsonaro de que os manifestantes seriam “idiotas úteis”, dizendo que o Bolsonaro era um “idiota inútil”. Defendeu uma reforma tributária “para rico pagar imposto”, e contrapôs o armamento de Bolsonaro com um novo modelo de Segurança Pública, com investimento inteligência e prevenção, e “construir escola para não construir presídio”. Levantou a bandeira de justiça à Marielle, diferenciando por ter sido um assassinato político. Chamou o Lula Livre, por ter sido vítima de uma arbitrariedade. Por fim, concluiu com a necessidade de apresentar uma “alternativa política” para



(Mais de 70 mil pessoas se mobilizaram em Natal - RN)

resolver a crise atual e aprender “com os erros do passado” (leia-se “erros do PT”). O discurso de Boulos expressa a tentativa do PSOL de disputar o lugar do PT no campo do reformismo.

Os explorados não necessitam de uma “alternativa política”, eleitoral. Precisam de um partido revolucionário, que responda à crise econômica e política, por meio de uma estratégia própria de poder, materializada no governo operário e camponês, saído da revolução social.

UFRN

Os funcionários, em assembleia, deliberaram paralisação, e também um ato, às 6 h da manhã, no “Canteiro”, local de chegada dos terceirizados da infraestrutura e jardinagem, para manifestar solidariedade e posição contrária a qualquer ameaça de demissão em virtude dos cortes, chamando os terceirizados à unidade na luta contra os cortes e a reforma da Previdência. Notou-se boa receptividade dos trabalhadores, que chegaram a atrasar em 25 minutos sua saída para o trabalho para escutar atentamente o que os oradores falavam. A construção do ato contou com corpo mole da direção do SINTEST, mas com boa intervenção por parte da oposição no sindicato, fruto de articulação anterior entre POR, PSTU e Independentes.

As 9 h, houve um ato “político-cultural”, organizado pela Associação dos Docentes, junto ao DCE e SINTEST, com teor festivo, embora com bom comparecimento e intervenções das entidades.

Ceará-Mirim

Na parte da manhã, ocorreu um ato na avenida principal, organizado pela Frente Municipal em Defesa da Previdência e das Liberdades Democráticas. Seguiu em direção ao Mercado, conseguindo arregimentar muitas pessoas e denunciar os ataques do governo federal e da prefeitura municipal.

Sul

Santa Maria (RS) - Frente única de trabalhadores realiza maior manifestação dos últimos tempos

Em Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, as mobilizações começaram logo pela manhã, às 6h30min, com um trancaço na entrada da UFSM (Universidade Federal de Santa

Maria). Centenas de pessoas, entre estudantes, professores e técnicos da Universidade, permaneceram até depois das 11h da manhã, impedindo a entrada de veículos no Campus. Mesmo com chuva, a participação foi massiva, com falas e gritos contra a “reforma” da Previdência e os cortes na educação.

No período da tarde, a mobilização foi ainda mais forte, com milhares de pessoas ocupando a praça central da cidade, com bandeiras, faixas e cartazes, contra o governo Bolsonaro e suas medidas de ataques aos direitos da classe trabalhadora e da juventude. O ato, organizado pela Frente Única de Trabalhadoras e Trabalhadores de Santa Maria – que conta com a participação do DCE e de diferentes entidades, sindicatos, coletivos e partidos políticos – foi o maior na cidade, desde as jornadas de junho de 2013, e tomou as principais ruas do município, recebendo inclusive apoio da população, que assistia nas calçadas ou das janelas de suas casas e apartamentos.

Paraná - Comitês de luta coordenam as manifestações



Também no Paraná, trabalhadores de diversas categorias e a juventude se manifestaram contra os ataques dos governos Bolsonaro e Ratinho Jr. à educação e contra a reforma da Previdência. Curitiba, Londrina, Cascavel, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Telêmaco Borba, Apucarana, Guarapuava e dezenas de outras cidades foram o espaço para manifestações, durante todo o dia 15 de maio.

Na capital, trabalhadores da educação, alunos e movimentos sociais reuniram mais de 20 mil pessoas, marchando até o Centro Cívico.

A cidade de Foz do Iguaçu mobilizou cerca de 6 mil pessoas, incluindo professores e estudantes da Unioeste, Unila e da rede estadual de ensino. Em Cascavel, 4 mil pessoas engrossaram a caminhada. Em Londrina, cerca de 15 mil pessoas tomaram as ruas.

Em todas as manifestações, pôde perceber-se a grande insatisfação e a enorme disposição de enfrentar os ataques do governo. O núcleo das manifestações esteve constituído pelos sindicatos de professores, pelos DCEs e centros acadêmicos. Mas, também era ostensiva a presença de estudantes secundaristas e alguns sindicatos, que não são da educação, petroleiros na capital, bancários em Londrina e outros.

Em várias cidades, constituíram-se comitês, que coordenaram as manifestações incorporando outros sindicatos e representantes de movimentos populares, além de DCEs e centros acadêmicos. Havia um consenso de que essas manifestações eram um ensaio geral para a greve geral de 14 de junho.

O desafio para o movimento é ampliar a mobilização, para chegar à greve geral mais organizados, levando a bandeira da independência de classe e os métodos da ação direta. Esse é o caminho seguro para derrotar de fato os ataques antioperários e anti-populares do governo ditatorial e fascista de Bolsonaro.

OPORTUNISMO DE PCO

Em seu chamado de apoio ao ato do dia 30 de maio, convocado pela UNE e apoiado pelas centrais, PCO diz *“que o momento é mais do que propício para a derrubada do governo ilegítimo”*. Conclui: *“É hora de chamar novas eleições”*. Assim, o movimento que se volta contra o intervencionismo ditatorial de Bolsonaro na educação e pela derrubada da reforma da previdência deveria ter como objetivo central a convocação de *“novas eleições com a participação de Lula”*.

Segundo essa organização, a palavra de ordem Fora Bolsonaro unifica. Diante da inevitável pergunta sobre como se realizará o Fora Bolsonaro, PCO corre a dizer que não se trata *“de apoiar o impeachment”*. Quer ver Bolsonaro fora do poder sem, recorrer ao mesmo meio golpista que resultou no *“Fora Dilma”*, bandeira da direita que uniu praticamente toda a burguesia. Muito bem, PCO! Então, por que meio será concretizada a palavra de ordem Fora Bolsonaro? O seu raciocínio ficou incompleto. Se PCO tem claro que não quer o impeachment, deveria também ter claro o caminho pelo qual Bolsonaro seria derrubado. O buraco em sua formulação *“estratégica”* está em que não levanta a bandeira de derrubada revolucionária do governo. Não poderia chegar a essa conclusão, porque o objetivo final da bandeira Fora Bolsonaro é o de convocação de novas eleições, com a participação de Lula. Não quer o impeachment, mas também não quer a revolução. A inconsequência dessa bandeira expõe o oportunismo de PCO e sua política pequeno-burguesa reacionária.

Vejamos alguns aspectos desse oportunismo de aparência esquerdizante.

As massas estão marchando no sentido de se defenderem contra os ataques da burguesia e seu novo governo. Avançarão em sua luta massiva sob a bandeira de *“Abaixo a reforma da previdência de Bolsonaro-Guedes”*, como avançarão contra a política educacional fascizante. A posição de PCO de colocar como tarefa o Fora Bolsonaro, convocação de eleições gerais e a candidatura de Lula está na contramão das tendências instintivas de luta dos explorados. Está aí, concretamente, o seu reacionarismo. Quanto maior for a unidade da maioria oprimida em torno das bandeiras que se chocam com o governo, a burguesia e seu Estado, maior será a força social alcançada por meio da luta de classes. Essa é a tarefa do momento. PCO pretende substituí-la pela panacéia das eleições gerais, que acabariam constituindo um novo governo burguês, seja com Lula ou outra figura. PCO, que se diz socialista, e até marxista, não faz senão renunciar e negar a estratégia própria de poder do proletariado.

Era obrigação do PCO explicar que força ou forças políticas dirigiram o Fora Bolsonaro, sem que fosse pela via institucional do impeachment. Sabemos que a manifestação massiva de 15 de maio esteve dirigida pelo PT, aliados no campo da oposição burguesa e pela CUT, que é o seu braço sindical. A experiência comprova que o nacional-reformismo, inevitavelmente, acaba se curvando diante do poderio do capital-financeiro e das pressões do imperialismo. Lula governou por dois mandatos, sem que atingisse minimamente os interesses do grande capital. Dilma Rousseff seguiu o mesmo caminho,

e acabou ferida de morte pela crise econômica. O PT e aliados não só serviram à burguesia como se mostraram incapazes de reagir ao seu movimento golpista. A condenação de Lula e a incapacidade dos petistas e aliados de arrancá-lo da prisão são parte do mesmo problema. PCO assistiu a Lula se entregar à Polícia Federal como um coelho acantonado. A posição de PCO de usar o movimento das massas contra o governo para levar Lula de volta ao poder expõe a sua completa falta de confiança no potencial revolucionário do proletariado em desenvolver uma política e uma estratégia próprias de derrocada da burguesia e seu governo.

PCO está confiante que, com sua campanha de libertação de Lula e de apoio à sua candidatura, irá se potencializar partidaricamente. Essa ilusão é alimentada pelo espaço que a burocracia sindical petista e cutista tem dado para que expresse sua bandeira de Lula Livre e eleições. Mais realista que o rei, PCO ganhou *“autoridade”* para criticar os petistas e aliados por não fazerem uma campanha à altura em torno à bandeira Lula Livre. É como se os próprios petistas não entendessem ou não quisessem entender que Lula é o único caudilho capaz de arregimentar eleitoralmente as massas para formar um governo reformista. PCO alimentou essa ilusão pequeno-burguesa em todo trajeto de sua existência. A bandeira de eleição de Lula para constituir um governo dos trabalhadores, bem propagandeada no passado, diz tudo sobre o seu presente seguidismo. No fundo, PCO procura reviver essa bandeira, que se mostrou incorreta e antioperária. Marcada pelo oportunismo esquerdista, a direção de PCO renunciou à construção do partido revolucionário sobre a base do programa e da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

A greve nacional da educação expôs as tendências mais profundas de luta das massas. Essas tendências explicam por que as direções burocráticas das centrais se viram obrigadas a realizar, pela primeira vez, um 1º de Maio unificado e convocar a greve geral de 14 de junho. É necessário, ainda, reconhecer que essas tendências se manifestaram no movimento de abril de 2017, que culminou com a greve geral do dia 28. A unidade burocrática se desfez, no dia seguinte, e prevaleceu o colaboracionismo diante do governo Temer e do Congresso Nacional, que impuseram aos explorados a reforma trabalhista e a terceirização. No centro dessa traição esteve a política do PT. Agora, estamos diante do mesmo perigo. Parte da burocracia sindical está em franca negociação da reforma da previdência com parlamentares da oposição e com uma parcela ligada ao governo. Não se pode ignorar que o 1º de Maio acabou servindo de tribuna para o Paulinho da Força Sindical, do Solidariedade e participante do Centrão, defender a posição de que se trata de *“desidratar”* a reforma de Bolsonaro. A vanguarda revolucionária tem a obrigação de concentrar suas energias para que a greve geral levante as massas em todo o país contra o governo e suas reformas. Tarefa que exige um combate cerrado aos desvios que a direção burocrática já prenunciou e que poderão levar o movimento à derrota. A bandeira diversionista de Fora Bolsonaro e eleições gerais, com Lula candidato, deve ser rechaçada pela militância consciente e pelos explorados.

Gigantescas manifestações reagem aos ataques do governo Bolsonaro

Propagandear, agitar e organizar a greve geral desde as fábricas

16 de maio de 2019

A greve nacional da educação e os protestos de rua serviram de advertência ao governo e ao Congresso Nacional. Disseram NÃO à reforma da Previdência, aos cortes de recursos e ao intervencionismo fascizante nas escolas e universidades. Nem bem começou seu governo, Bolsonaro se viu diante de gigantescos protestos. O dia 15 de maio constituiu um marco para novas mobilizações coletivas. É o prólogo da greve geral marcada para 14 de junho. Agora, só depende das centrais, sindicatos e movimentos organizarem a luta a partir das fábricas.

A classe operária deve tomar a frente do combate às contrarreformas do governo antinacional e antipopular. A camada da classe média oprimida, que paralisou uma boa parte da rede de ensino e ganhou as ruas, deu um passo progressivo em defesa das condições de trabalho e ensino. A enorme presença dos estudantes universitários e secundaristas abre caminho à luta pelo ensino público. A convocação de assembleias universitárias, por sua vez, permite aos estudantes erguer a bandeira de autonomia de ensino e controle da educação por quem estuda e trabalha.

O governo e o Congresso Nacional, certamente, sentiram a força da mobilização nacional. A imprensa, desta vez, não pôde esconder o que se passou nas ruas das capitais de vários estados. Tomou como um alerta, perguntando aos governistas se não havia o perigo de repetir o que se passou em 2013, sob o governo petista de Dilma Rousseff. Procurou, ao mesmo tempo, circunscrever a greve da educação à questão dos cortes de recursos, denominado de “contingenciamento”. Pelo visto, a orientação foi a de não identificar a relação entre a reforma da Previdência e as demais medidas. Ficou perfeitamente claro que a educação saiu às ruas motivada pela profunda crise econômica e política.

Os cortes de verba são apenas um dos problemas. Não se desvinculam da reforma trabalhista de Temer/Meirelles, e da reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes. Não se desvinculam, também, do plano de privatização, que vem sendo imposto, principalmente, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. O avanço do ensino privado e a consequente desnacionalização têm tudo a ver com as privatizações, que se proliferam nos ramos fundamentais da economia. A derrubada do chamado “contingenciamento” deve ser apenas um passo para impulsionar a defesa do ensino público e a luta pela estatização do sistema privado.

O êxito dos protestos do dia 15, no entanto, não pode parar aí. De sua continuidade, depende a vitória final. O retorno às aulas tem de vir acompanhado de novas assembleias e constituição de comitês de base, voltados a propagandear, agitar e organizar a greve geral de junho. O êxito das manifestações dá confiança às massas em sua capacidade de ação direta. O governo vai contra-atacar no espaço de tempo que separa o 15 de maio do 14 de junho. Fará de tudo para que não ocorram novos protestos, e que as massas

não se levantem na greve geral de junho. Há o risco, também, de a burocracia sindical se dividir, romper a unidade dos sindicatos, e sabotar a preparação da greve geral. Esses perigos podem ser superados, se a vanguarda se lançar com todo o empenho a formar os comitês de base, a pressionar as direções para que convoquem as assembleias, e a organizar desde já o dia 14 de junho.

A classe operária recorrerá à greve geral, caso tenha claro as reivindicações, e sinta disposição em sua direção. Para isso, é preciso quebrar a campanha burguesa de que alguma reforma da Previdência deve ser feita. O projeto de Bolsonaro passou a ser rejeitado pela imensa maioria da população. O risco, portanto, está na falsa avaliação de que é possível uma reforma que não sacrifique muito os assalariados e os mais oprimidos. Essa falsificação tem de ser combatida firmemente.

Qualquer que seja a reforma da Previdência, servirá apenas aos capitalistas. Servirá, principalmente, aos banqueiros, aos credores da dívida pública e aos monopólios. A burocracia sindical dá a entender que negociará alterações no projeto de Bolsonaro/

Guedes. Está aí por que o critica, mas não rejeita a via parlamentar de se chegar a uma reforma negociada. Quem melhor expressou essa posição foi o deputado Paulinho da Força, em discurso no 1º de Maio. Essa manobra resultará em capitulação e traição. Deve ser, abertamente, rechaçada no interior do movimento.

A bandeira mais clara e firme é a que expressa a rejeição total à reforma da Previdência. O Partido Operário Revolucionário a sintetiza na palavra de ordem “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes”. É direta e tem por conteúdo a negação de qualquer reforma que aumente o tempo de trabalho, de contribuição e a idade mínima, bem como que acabe com o princípio de diferenciação entre homem e mulher, princípio esse que responde à dupla jornada das massas femininas. Nenhum direito pode ser ferido, nenhuma condição para se aposentar pode ser piorada. É com essa linha que o movimento se colocará pela derrubada do projeto de Bolsonaro/Guedes e não aceitará uma solução negociada pelos deputados e senadores.

O objetivo de subordinar o movimento à decisão do Congresso Nacional tem por conteúdo político o desvio e a quebra da independência dos explorados. O que compromete a capacidade das massas de caminharem com suas próprias pernas. É visível que o Congresso Nacional está empenhado em aprovar a reforma do governo, ainda que com alterações secundárias. O movimento, nesse sentido, tem de se opor a esse encaminhamento da direção.

Não se deve desconhecer que se trata de uma frente única que mobiliza os explorados e a juventude contra a política econômica particular de Bolsonaro, e os objetivos gerais da burguesia nacional e do imperialismo. Essa frente única se constituiu em torno a uma direção sindical burocrática, influenciada pelos partidos de

A bandeira mais clara e firme é a que expressa a rejeição total à reforma da Previdência. O Partido Operário Revolucionário a sintetiza na palavra de ordem “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes”.

oposição burguesa e pequeno-burguesa. É o que evidenciou o ato unificado do 1º de Maio. A sua fortaleza se encontra na disposição de luta das massas, de um lado; e sua fraqueza, em sua direção, que se subordina às disputas parlamentares e eleitorais, de outro.

A manifestação do dia 15 abriu um campo de batalha, cujas forças principais são o proletariado e a burguesia. Pode parecer estranha essa colocação, já que o movimento se circunscreveu a camadas oprimidas da classe média. Ocorre que professores, estudantes e funcionários públicos apenas tomaram a frente de uma luta que diz respeito diretamente à classe operária e ao conjunto dos assalariados, que arcarão com o maior peso da reforma da Previdência, e que estão arcando com a violenta reforma trabalhista. A massiva presença de estudantes na luta contra os cortes é parte desse mesmo problema.

A greve geral de 14 de junho será a continuidade da gigantesca manifestação de 15 de maio. O significado da greve nacional da educação, assim, depende da continuidade do movimento que se dirige à greve geral de junho. A tarefa, agora, é a de fortalecer o movimento dessa camada social e impulsionar a revolta latente da classe operária. A experiência com a reforma trabalhista e a terceirização tem sido suficiente para despertar os instintos de luta do proletariado. O crescimento do desemprego e subemprego deve ser respondido pelo movimento, que, por hora, está concentrado na derrubada da reforma da Previdência. A bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes” deve ser acompanhada do programa de reivindicações que defenda a vida das massas diante da crise econômica, que se aprofunda, e das tendências gerais de decomposição e barbárie social do capitalismo.

O atoleiro em que se encontra a educação e os ataques do governo ao sistema público de ensino são reflexos da decomposição econômico-social do capitalismo. Em última instância, somente o programa da classe operária e seus métodos de luta podem impor derrotas à burguesia e avançar na organização independente dos

| Greve Nacional da Educação

explorados. É assim que se criarão as condições para a classe operária encarnar a estratégia própria de poder, que é a luta por um governo operário e camponês. Caso contrário, o movimento das massas em choque com o governo antinacional e antipopular de Bolsonaro acabará desaguando na política eleitoral da oposição burguesa. É o que preveem e pretendem o PT e seus aliados, cuja influência na direção do movimento ainda é decisiva.

O que se passou com a greve geral de 28 de abril de 2017 deve servir de lição. A burocracia desmontou o movimento logo em seguida, e deixou o terreno livre para o Congresso Nacional aprovar a reforma trabalhista de Temer. Esse perigo ronda nossa luta contra a reforma da Previdência de Bolsonaro. Entendemos que a marcação da greve geral para junho corresponde aos cálculos das centrais e dos partidos da oposição diante da votação do projeto. Até lá, os parlamentares vão negociar as emendas. Dada essa circunstância, a vanguarda combativa tem de dar continuidade aos protestos de 15 de maio.

As assembleias universitárias e as plenárias da juventude secundarista servirão de meio para propagandear e agitar a greve geral, e, ao mesmo tempo, rejeitar a subordinação do movimento às negociações parlamentares. As assembleias sindicais devem impulsionar a formação dos comitês. É importante que a juventude tome em suas mãos as atividades de panfletagens e discussão da greve geral na porta das fábricas, demais locais de trabalho e bairros. Os movimentos popular e camponês devem realizar manifestações, que serão engrossadas com a participação da juventude oprimida. Essa é a linha que conduz a militância dos poristas. Por esse caminho, a vanguarda proletária lutará pela independência política e organizativa do movimento, e ajudará as massas a passarem por cima da política de conciliação de classes e dos aparatos corporativos.

Concentrar as forças na organização da Greve Geral de 14 de junho!

Campanha - Greve geral de 14/06 |

Manifesto

Derrotar a ofensiva direitista, obscurantista, antinacional e antipopular de Bolsonaro

Neste dia 15 de maio, professores, estudantes e funcionários da educação dizem NÃO aos ataques do governo ditatorial, militarista e fascizante. É importante que a classe operária e demais explorados apoiem ativamente a paralisação nacional. Quanto mais massiva e combativa for, melhor para impulsionar a unidade dos trabalhadores para a greve geral de 14 de junho.

Esse movimento é o ponto de partida para a unidade da maioria oprimida contra a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes, contra a reforma trabalhista e a terceirização de Temer/Meirelles e contra o desemprego que atinge milhões, especialmente, a juventude.

A CNTE e os sindicatos da educação básica decidiram pela greve nacional, não só para derrubar a reforma da Previdência, mas também para barrar as ações repressivas e destruidoras do sistema público de ensino, desfechadas pelo ministério da Educação.

Não se tratam de medidas isoladas, mas sim de um plano econômico, político e administrativo. A reforma da Previdência

é uma de suas peças fundamentais. Sobrecarregará o tempo de trabalho e de contribuição. Em especial, eliminará direitos das professoras da educação básica.

Esse governo encarna a política radical do liberalismo burguês, os métodos ditatoriais e a ideologia religiosa, obscurantista. Elegeu como uma das tarefas principais alterar a relação do Estado com a educação. Tem como princípio negar qualquer autonomia do sistema de ensino. A atividade do professor, o lugar do aluno e a aprendizagem devem ser um apêndice da política de Estado. Eis aí um traço fascizante do governo Bolsonaro. Consequentemente, o governo terá de usar formas de compulsão para controlar verticalmente as universidades e as escolas. Anunciou a intenção de punir os professores e funcionários que não seguirem as prescrições ditadas pelo ministério da Educação. Já houve a tentativa de introduzir a delação como meio de controle e punição.

A militarização das escolas caminha a passos largos. Não por outro motivo, o governo fascizante avalia que disciplinas da

área de humanas, como filosofia e sociologia, são um estorvo, que podem simplesmente ser eliminadas. Nessa mesma linha, foi desencadeada uma ação, em nível federal e estadual, para tornar os reitores em chefetes, manejados diretamente pelo governo. A acusação de que a educação está influenciada pelo “marxismo cultural” é uma máscara ideológica para implantar esse regime de controle antidemocrático do ensino. Bolsonaro não fez e não faz questão de ocultar as pressões das igrejas evangélicas para que as escolas reflitam os seus dogmas. A forma militarizante-religiosa está na base da política desse governo para a educação.

Já estava em curso, antes de Bolsonaro ser eleito, o movimento retrógrado, impulsionado pelas igrejas e setores ultra-reacionários da burguesia e da pequena burguesia, de impor ao País o projeto “Escola sem partido”. Não chegou a ser aprovado, mesmo assim foi sendo implantado, em certa medida, em alguns estados e municípios. Agora, as forças políticas que conceberam a “Escola sem partido” chegaram ao poder, com a eleição de Bolsonaro. Certamente, não é possível impor tamanho retrocesso, sem abrir enormes conflitos, inclusive no interior dos partidos da burguesia, burocracia universitária, imprensa, etc. Mas o mais importante tem sido a resistência de estudantes e professores. Resistência que agora se manifesta com a greve nacional da educação.

Os violentos cortes de recursos, avanço da privatização, desnacionalização, precarização do trabalho, ofensiva do obscurantismo religioso-militarizante e intervencionismo do governo sobre a burocracia universitária constituíram um conjunto de medidas, cuja aplicação impõe um retrocesso até então desconhecido no período pós-ditadura militar.

É preciso ter claro que a greve nacional se choca não apenas com o governo reacionário, mas também com a tendência geral da burguesia de eliminar velhas conquistas da classe operária e da pequena burguesia. As reformas trabalhista e previdenciária estão intimamente vinculadas com a reforma do ensino. O capitalismo em crise e em decomposição leva a burguesia a impor as contrarreformas. Os explorados estão diante de um período de contrarreformas e, portanto, de regressão em seus direitos. A educação não pode ficar à margem dessa tendência regressiva. É obrigatório, ainda, assinalar que as contrarreformas são dirigidas pelo capital financeiro, que tem por trás o imperialismo. Qualquer desconhecimento ou desconsideração de que a gigantesca dívida pública e a criminoso carga de juros jogam um peso decisivo no bloqueio da economia, e na condução da política econômica do governo, leva a enganos e erros. A reforma da Previdência é ditada diretamente pelos credores da dívida pública, o que inclui os cortes de recursos à educação.

O movimento deve se pôr à altura dessa tendência, que expressa a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção. As massas em luta precisam passar por cima do corporativismo das direções sindicais e políticas, que desvinculam a tendência geral do capitalismo em decomposição das medidas regressivas do governo. Essa é a condição para golpear as contrarreformas e potenciar o movimento organizado dos explorados para novos embates.

Derrotar a ofensiva de Bolsonaro é derrotar a ofensiva do capital financeiro. Uma das consequências políticas dessa ofensiva foi o golpe de Estado, a instituição de uma ditadura civil e, finalmente, a eleição da ultra-direita. A submissão desse governo à diretriz mundial de Trump segue essa lógica. Essa é uma particularidade da “nova política” brasileira. No entanto, o governo da ultra-direita não traz nada de novo quanto ao programa econômico. As contrarreformas e a desnacionalização foram muito

bem assentadas pelo governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso. O primeiro mandato de Lula não rompeu essa linha. A posterior tentativa de mudança para o nacional-reformismo concluiu com a derrubada do governo de Dilma Rousseff. Esse percurso expressou a impotência do reformismo em contrariar a tendência geral da crise mundial do capitalismo, com seus reflexos nacionais, e as contrarreformas. É obrigatório reconhecer que os governos petistas se curvaram diante da dívida pública.

A ideia da oposição nacional-reformista de recuperar a capacidade de influenciar eleitoralmente as massas e, assim, retomar o poder, é a principal dificuldade e obstáculo para que a revolta dos explorados contra o governo de Bolsonaro se erga em um movimento independente e com força para derrotá-lo. É necessário que o movimento não aceite a posição de que alguma reforma da Previdência deve ser feita, desde que não seja a de Bolsonaro. Essa é a via das negociatas e do fracasso da luta. A bandeira tem de ser: Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!

O fato de a greve nacional ser uma resposta à política educacional de Bolsonaro coloca, na ordem do dia, o programa de defesa da educação pública. Defesa essa que, consequentemente, se contrapõe ao controle crescente do sistema de ensino pelos grupos econômicos que o exploram como mercadoria. Está mais do que madura a necessidade de lutar pela expropriação, sem indenização, da rede privada, que inclui as escolas confessionais. A expansão do ensino privado traz consigo a orientação ideológica dos monopólios e do imperialismo. A propriedade privada do ensino dá ao seu dono o poder direto sobre os trabalhadores da educação, e o resultado de seu trabalho. Essa característica tem sido exaltada como eficiência, que deve ser transferida para o ensino público. Tem aumentado a pressão para que política educacional assuma como orientação geral o modelo de gestão privada da educação. Faz parte dessa pressão, a ampliação do ensino a distância. A política do nacional-reformista de defesa da coexistência do ensino público com o privado favorece o fortalecimento da educação empresarial.

A greve nacional da educação não pode ser corporativa. Ocorre nas condições de crise em que se exige a defesa das reivindicações democráticas do ensino como parte do programa da classe operária, que tem por fundamento a expropriação dos meios de produção capitalistas, e sua transformação em propriedade social. Nenhum governo burguês será capaz de se contrapor às tendências destrutivas do capitalismo em crise e as contrarreformas. Não temos dúvida de que a luta contra esse governo fascizante lança luz sobre a necessidade da estratégia própria de poder da classe operária e demais oprimidos. É com essa necessidade política que o nosso movimento poderá sair vitorioso.

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/guedes!

Em defesa de um único sistema de ensino, público e científico, sob o controle de quem trabalha e estuda!

Estatização, sem indenização, do sistema privado de ensino!

Pela autonomia de ensino, liberdade de cátedra, livre expressão e manifestação!

Nenhuma influência das Igrejas sobre o ensino! Que a greve nacional da educação prepare a Greve Geral de 14 de junho!

QUINZENA DE LUTA

Operários mostram disposição para derrotar a reforma da Previdência

A CUT estampa na Tribuna Metalúrgica a disposição de luta da classe operária contra a Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes. Informa que as assembleias realizadas pelo sindicato nas fábricas revelam a intenção da classe em participar da greve geral de 14 de junho. Em Diadema, a Balden, BCS, Evacon e Haenke, Movent, Movent Forjados e Nakata; em São Bernardo a AS Brasil, Fabrimold e Paschoal; em Ribeirão Pires, os trabalhadores da Soma, Pró-Sol e Ouro Fino, as assembleias foram unânimes em participar na greve geral.

A classe operária vem demonstrando disposição de luta para participar dos movimentos contra a reforma previdenciária. Compreende que será diretamente afetada pelas regras impostas pelo governo, pois, terá de trabalhar mais tempo para contribuir com a sua aposentadoria. No entanto, sempre que ocorrem os atos convocados pelas centrais, percebemos que a presença da classe operária é insignificante. Quando há, são aqueles liberados pelos patrões ou membros da diretoria. A massa operária continua trabalhando, não podendo participar do movimento contra a reforma, que irá solapar seus direitos, sejam trabalhistas ou previdenciários. É preciso que as direções sindicais se coloquem, verdadeiramente, por organizar os operários para a greve geral.

Nesse momento de profundo ataque às condições de vida, a classe operária é a força decisiva, capaz de colocar abaixo a reforma previdenciária do governo Bolsonaro/Guedes, e fazer revogar a Reforma Trabalhista de Temer. Daí nossa tarefa de propagandear a luta contra as reformas do governo, e indicar o caminho da resistência coletiva.

O Boletim Nossa Classe de maio está inteiramente voltado para potencializar a greve geral de junho, exigindo que os sindicatos convoquem as assembleias e constituam os comitês de luta. Eis:

Preparar a greve geral, desde já

No 1º de Maio, foi aprovada a greve geral para 14 de junho. A nossa reivindicação é “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”.

É preciso que os sindicatos comecem a organizar o movimento desde já. Em todas as fábricas, demais locais de trabalho, escolas e bairros, devem ser convocadas as assembleias gerais. Devem ser formados os comitês de luta. Os trabalhadores precisam discutir como organizar a greve em seus locais de trabalho e unir as forças contra a violenta reforma da Previdência.

O governo e o Congresso Nacional não vão voltar atrás, a não ser que paralisemos a produção e saíamos às ruas. A greve geral deve ser organizada e ativa. Que as centrais sindicais convoquem manifestações e passeatas por todo o País. Fazer greve ficando em casa não afeta o governo.

Se queremos derrubar a reforma da Previdência que nos impõe mais tempo de trabalho, mais contribuição e menor salário, temos de lutar com todas as nossas energias. Temos força para isso. Basta que as centrais, sindicatos e movimentos organizem a greve geral, e que os trabalhadores tomem a iniciativa de se organizar a partir dos locais de trabalho.

O Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, trabalha pela derrota da reforma da Previdência. Trabalha, assim, pela vitória da classe operária e demais oprimidos contra os ataques do governo e dos patrões.

30 de maio / Novo protesto nacional

A União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e outras entidades estão convocando, para o dia 30 de maio, um novo ato pela “revogação dos cortes na educação” promovidos pelo Ministério da Educação, e como forma de “acumular forças também para a luta contra a Reforma da Previdência, que terá seu ápice na greve geral de 14 de junho”. As centrais sindicais decidiram também convocar os protestos de 30 de maio.

O dia 15 de maio demonstrou grande disposição de luta dos estudantes e professores, que povoaram as ruas em todo

o país. A repercussão dos gigantescos atos obrigou a imprensa burguesa e o governo a reconhecerem que há um movimento massivo, se organizando contra a reforma da Previdência e contra os cortes na educação.

O fundamental está na enorme disposição de luta dos explorados. Daí a tarefa de não limitar os protestos a esta ou aquela medida do governo. Os cortes de recursos à educação fazem parte do conjunto de medidas antinacionais e antipopulares, que incluem a reforma trabalhista, a terceirização e a reforma da Previdência.

**1989
2019****30 anos
construindo
o partido-
programa**

Responder às demissões Pirelli fechará fábrica em Gravataí (RS)

A fábrica de pneus Pirelli, da cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul, irá fechar as portas, depois de 43 anos de atividade. A atividade será transferida para a planta de Campinas (SP), que fabrica pneus apenas para automóveis, agora, irá se encarregar da fabricação de pneus para moto. Segundo o comunicado da empresa, 900 operários serão demitidos, além dos 300 indiretos. O comunicado diz ainda que, *“medidas serão tomadas em conjunto com o sindicato para mitigar os impactos sociais resultantes da transferência da produção de pneus de moto para Campinas”*. O burocrata do

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha do município, Flávio Quadros, diz *“que foi pego de surpresa”*.

Como se pode ver, a burocracia sindical sempre é “pega de surpresa”. Vivem em contato com a direção da empresa e nunca sabem de nada. Essa cantilena já é conhecida. Todos sabiam da intenção da empresa, menos os principais envolvidos, que são os operários. Essa farsa também foi montada entre o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e a direção da Ford. Obrigaram os operários a aceitarem um acordo de

demissão em troca de migalhas. Outro exemplo é o da GM de São José, que exigiu o rebaixamento salarial, demissões e cortes de diversos direitos, com o aval do sindicato.

As experiências com a Ford devem servir de lição para os operários da Pirelli. Devem exigir que se a direção convoque imediatamente uma assembleia e que tenha por deliberação a greve imediata. Que se aprove a ocupação da fábrica com o controle operário da produção. É preciso pôr em prática a bandeira: Emprego não se negocia, se defende com luta.

Para que serviu a plenária sindical da CSP-Conlutas?

No dia 18 de maio, no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, foi realizada a Plenária Nacional Sindical e Popular, convocada pela CSP-Conlutas. Objetivou discutir a preparação da greve geral de 14 de junho. Segundo os organizadores, havia mais de 60 entidades representadas. O número de presentes chegava a mais ou menos 300 pessoas.

As intervenções ressaltaram a grande manifestação nacional, que ocorreu no dia 15 de maio, contra os cortes de verbas na educação. O que indicava disposição de luta dos explorados. Destacaram ainda a importância da unidade das centrais, contra a reforma da Previdência.

A concordância com essa avaliação foi geral. Faltou considerar a necessidade de enfrentar um obstáculo, que logo mais ganhará importância. Trata-se da direção burocrática que, como demonstrou o dia 15 de maio, fez tudo para desviar o movimento para o campo da democracia burguesa, e por submeter o movimento ao calendário do debate parlamentar.

A ausência dessa avaliação política por parte da esmagadora maioria das entidades, movimentos e partidos presentes impediu tirar as lições que decorrem dessa caracterização: a necessidade de transformar as plenárias em um canal efetivo de organização da vanguarda operária, popular e da juventude oprimida, que deseja enfrentar unitária e organizadamente as reformas nas ruas.

O cerceamento ao direito à palavra a quem não fosse dirigente sindical foi prejudicial. Estavam presentes militantes sindicais e partidários organizadores do movimento. A proibição de se pronunciarem expressou a verticalização burocrática de como a “unidade” da cúpula das centrais se constituiu. Ficou claro que o objetivo da direção da CSP-Conlutas era apenas o de “referendar, por aclamação”, um Manifesto debatido e aprovado na reunião de bastidores. Foi assim impedido de se agregar ou questionar as diretrizes das centrais, e as propostas relativas à organização da greve geral de 14 de junho. Nessas condições, a plenária não teve como servir à organização da campanha unificada pela convocatória de assembleias gerais nos locais de trabalho e estudo, e pela formação de comitês de base unitários, para superar os bloqueios burocráticos colocados.

A novidade era a de que o Manifesto continha uma formulação que indicava uma prevenção da CSP-Conlutas em relação à “unidade” das centrais. Um dos pontos afirmava ser *“contra qualquer tentativa de negociação de direitos previdenciários ou medidas que afetem o sistema da Seguridade Social”*. Essa declaração indicava pelo menos duas consequências políticas: 1) há na direção do movimento uma posição favorável a submeter o combate dos explorados à negociação parlamentar, que deve ser hegemônica; 2) é dever da posição classista contrária a essa linha expor criticamente a divergência às massas, e desenvolver uma política independente dos condicionamentos burocráticos, reunindo a vanguarda classista e revolucionária. O cerceamento burocrático da plenária impossibilitou discutir o conteúdo das bandeiras e o destino da greve geral. Qual é a atitude a se tomar diante da posição de Paulinho da Força, que usou o 1º de Maio para defender uma saída negociada com o Centrão? Como trabalhar para que a “unidade” da direção burocrática não comprometa a unidade das massas? Que lugar ocupa a CSP-Conlutas no interior da unidade burocrática das centrais? Esse era o principal conteúdo da Plenária, abortado pela proibição à fala daqueles que não faziam parte da unidade burocrática.

A Corrente Proletária/POR esteve presente na plenária com seu manifesto, intitulado *“Propagandear, agitar e organizar a greve geral desde as fábricas”*. Concentra-se na necessidade de organizar a greve geral de forma concreta. Defende ações práticas para preparar a mobilização massiva desde as bases e coloca a urgência dessa organização desde baixo, como forma de organização independente e de combate à tendência conciliadora das direções. Deixa clara a condenação das posições que usam o movimento para negociar alterações no projeto de reforma da Previdência do governo.

A plenária, pomposamente denominada de “Plenária Sindical e Popular”, serviu tão-somente de correia de transmissão da orientação da cúpula burocrática do movimento. Não serviu para aglutinar a militância classista e dar um norte à luta independente dos explorados para pôr abaixo a contrarreforma de Bolsonaro-Guedes.

Ceará / Avaliação da greve dos professores de Caucaia

A greve dos professores do município de Caucaia iniciou no dia 30 de abril, e durou 14 dias. A campanha salarial deste ano começou atrasada, em função do atraso no pagamento da última parcela do acordo do ano passado com o prefeito Naumi Amorim (PMB). Os acordos entre direção sindical e prefeitura, à revelia da categoria, fez com que tenha ocorrido, nos últimos anos, uma pulverização de representações sindicais: a representação municipal da APEOC, a Apromuc (uma associação criada principalmente pela liberação dos recursos do FUNDEB) e a diretoria do sindicato SINDSEP. Todas ligadas a diferentes setores do PT, repetindo a velha forma de conciliação de classes, onde predomina os acordos de cúpula.

Entre as pautas levantadas, havia a criação de uma articulação de base da categoria, onde pudessem ser desenvolvidos um trabalho de formação sindical e de base, com passagem nos locais de trabalho, de forma a impulsionar a unidade dos trabalhadores contra a administração municipal. O prefeito, no seu intuito de desmobilizar o sindicato, impôs a redução do número de diretores sindicais do SINDSEP, de 9 para 5, aprovou ainda uma lei que facilita abertura de sindicância e processo administrativo contra servidores, com o claro objetivo de intimidar os trabalhadores a não fazerem críticas à administração municipal.

A greve arrancou um reajuste de apenas 2%, não retroativo a

janeiro, um aumento no vale-alimentação que corresponde a 100 reais, ou 67%, e no auxílio-transporte, em 34%. Mas, essas migalhas não atendem às reivindicações gerais dos professores e servidores do município de Caucaia.

Como atuou a Corrente Proletária

Durante a greve, a Corrente Proletária na Educação levantou as bandeiras de unidade dos professores com os demais trabalhadores, trabalhou pela greve geral da educação para barrar os ataques do presidente Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes, defendeu que o prefeito atendesse à reivindicação de reajuste de 4,17%, e denunciou a burocracia sindical, que, entre outras medidas, promoveu uma recente eleição fraudulenta do sindicato, o que fez com que a justiça interviesse nesse instrumento da categoria. Fez campanha em favor da democracia nas escolas, com eleição para o núcleo gestor, sem aquelas velhas indicações politiquês dos vereadores, prefeito e lacaios ligado ao governo. Posicionou-se contra a terceirização e a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e, por fim, defendeu que o governo pague o repasse do FUNDEB aos professores. Durante toda a greve, a Corrente Proletária combateu a reforma da Previdência de Bolsonaro, e se colocou pela greve geral para pôr abaixo as medidas antinacionais e antipopulares do governo Bolsonaro-Guedes.

Assembleia Geral da AFUSE: disposição de luta da base e controle burocrático por parte da direção do sindicato

No dia 15 de maio, a AFUSE, Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação de São Paulo, realizou uma Assembleia Geral da categoria, após 20 anos. A assembleia aconteceu em um momento importante de luta contra a reforma da Previdência, o corte de verbas da educação pública, e a destruição de direitos conquistados. Avaliamos que a conjuntura nacional obrigou a direção da AFUSE a convocar uma assembleia geral. O controle burocrático exercido pelo PT, e a falta de democracia sindical, limitaram a discussão, decisões coletivas na assembleia e a participação dos trabalhadores.

O POR interveio defendendo uma nova assembleia para o dia 12 de junho, pois, um sindicato, para servir para a luta, deve ter assembleias regulares, com base na democracia operária, para encaminhar a mobilização pela pauta de reivindicações. Colocou-se contra a reforma da Previdência, defendeu a recomposição salarial, fim da terceirização, contra a militarização das escolas, fora a PM de todas as unidades escolares!

Duas das propostas do POR, não foram colocadas em votação na assembleia: a recomposição salarial, tendo como base o salário mínimo vital (valor calculado pela assembleia geral), e a não à militarização das escolas. Uma das propostas, o salário mí-

nimo vital, só foi colocada em discussão após vários questionamentos dos militantes durante a plenária. Isso mostra a política burocrática da direção do sindicato. A direção da AFUSE, com sua política de conciliação de classe, sequer tem como base o piso do Dieese. O POR defende o salário mínimo vital, discutido e decidido nas assembleias. Nos nossos cálculos, o salário deveria ser R\$ 5.000,00 para uma família de 4 pessoas manter suas necessidades de alimentação, higiene, farmácia, transporte, vestimenta, lazer, etc. A direção da entidade defende a proposta de R\$ 2.994,00, chega nesse valor sem as discussões nas assembleias gerais, seguindo os planos de carreiras de 2000 e 2011. Como tem o controle da assembleia, sua proposta acabou sendo aprovada.

É urgente a tarefa de recuperar o sindicato para a luta. Para isso, é preciso criar uma oposição classista, que tenha como base a democracia operária. Do ponto de vista mais geral, a luta contra a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes permite a unidade dos três setores (funcionários, professores e estudantes), para organizar a mobilização contra os ataques dos governos estadual e federal. Nesse momento, é fundamental que a vanguarda se coloque pela organização dos funcionários para a greve geral de 14 de junho.

Bolsonaro recrudescer o ataque à autonomia universitária e avança a militarização da educação

Bolsonaro baixou, no dia 14 de maio, o decreto 9794/19. Mais uma clara demonstração de ataque à já débil autonomia universitária. Entre outras ações:

1. Retira o poder dos reitores de nomearem vice-reitores, pró-reitores, diretores de campi, etc.
2. Coloca nas mãos do general Santos Cruz (Secretaria de governo) o poder de dar aval ou negar as indicações de nomes dos reitores

eleitos nas universidades e Institutos Federais (IFs). Além disso, dá ao general o poder de “exoneração e dispensa” dos reitores.

3. Institui um sistema de credenciamento e gerenciamento das indicações e nomeações para cargos em comissão e funções de confiança.

O Jornal Massas vem alertando, em seus jornais anteriores, para a quebra da autonomia universitária, por parte do governo

Bolsonaro e seus asseclas. Essa quebra se manifesta nos brutais cortes de verba em todos os níveis da educação; na escolha de reitores menos votados, como foi o caso do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), onde o presidente escolheu o segundo da lista triplíce; na Medida Provisória 873, que afeta a arrecadação dos sindicatos; na CPI das universidades, impulsionada pelo governo Doria/SP, nas declarações de que as universidades não fazem pesquisa, mas fazem “balbúrdia”; ou mesmo pelo avanço do militarismo e obscurantismo. A autonomia das instituições públicas de ensino está sendo reduzida a pó.

Seguindo este caminho, o governo lançou esse decreto um dia antes das grandes manifestações que tomaram o país no dia 15/5, contra os cortes na educação e contra a reforma da Previdência. As assinaturas que constam no documento nos dão uma ideia das intenções do governo: além do presidente Jair Bolsonaro, Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional - GSI), Wagner Rosário (Controladoria Geral da União - CGU) e Santos Cruz (Secretaria de Governo).

O Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc) cumprirá o papel de organizar as indicações para cargos de comissão e funções de confiança. Os nomes que constarem no sistema passarão por “pesquisa de vida pregressa” por parte da CGU e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Salta aos olhos novamente a militarização, que coloca a agência de inteligência para investigar os possíveis ocupantes dos cargos nas universidades e outras instituições públicas. Neste momento, oito nomeações de reitores de universidades e institutos federais estão paradas no MEC, e o ministro já declarou, em audiência no Senado, que o atraso está vinculado a questões políticas. Não é difícil imaginar que essas nomeações estão aguardando o decreto entrar em vigor.

Novamente, se manifesta o avanço da militarização da educação. Neste caso, pelo poder atribuído ao general que comanda a Secretaria de Governo, Santos Cruz, de dar aval, negar ou mesmo exonerar reitores. Cabe à secretaria de governo avaliar as indicações para “dirigente máximo de instituição federal de ensino superior”. Segundo o decreto, a avaliação, que passará a ser feita pelo general a partir do dia 25/5, será feita de acordo com a “conveniência e oportunidade administrativa”.

Esse decreto vem no momento em que o governo usa de diversas táticas para enfraquecer as universidades. Seja por decretos e medidas administrativas, seja por discursos ideológicos reacionários e obscurantistas. Enquanto isso, o ministro da Educação, em sabatina na Câmara dos Deputados, acabou mostrando as reais intenções do governo, a cobrança de mensalidades. Falou que as instituições públicas deveriam cobrar pelos cursos de mestrado e doutorado. Ainda que se tenha feito de rogado e dito que era contra a cobrança na graduação, sabemos que o capital anseia por colocar as mãos nesse setor, e lucrar com mensalidades em todos os níveis da educação, começando pelas universidades.

A defesa que as massas estudantis e docentes têm feito da educação, em geral, e da universidade, em particular, não pode ser confundida com os interesses corporativos das burocracias universitárias, que estão momentaneamente em conflito com o

governo, devido às limitações que estão recebendo pelos cortes e pela ingerência desse decreto. Não faltam exemplos da luta que travamos todos os anos contra esses burocratas das universidades. Temos de ter claro que se trata de defender a autonomia universitária, que está sendo atacada.

As massas saíram às ruas no dia 15/5 contra os cortes e contra a reforma da Previdência. A greve geral está marcada para o dia 14 de junho, e para o próximo dia 30, uma nova convocação tem sido feita pelos sindicatos e organizações estudantis. Esse chamado foi correto. O governo só vai recuar com a permanência das mobilizações massivas, parando a produção. Mas, para desfechar o golpe de morte nesse governo e em seus ataques, estudantes e professores precisam impulsionar as assembleias gerais universitárias, afinal, os ataques de conjunto precisam ser respondidos de conjunto. Levantemos bem altos as bandeiras contra a militarização da educação, em defesa da autonomia universitária, contra os cortes na educação e abaixo a reforma da Previdência!

Universidade Maior de San Andrés (Bolívia) repudia a decisão do governo brasileiro de eliminar a autonomia universitária no Brasil

Nos dias passados, concretamente em 14 de maio do ano em curso, o governo de Jair Bolsonaro, coerente com sua orientação fascistoide, ditou o decreto n. 9.794 da Presidência, através do qual institui a intervenção governamental nas universidades públicas do Brasil, dando fim à autonomia universitária, da mesma forma que o fez, no ano de 1964, a ditadura militar então imperante nesse país.

O decreto em questão elimina a competência das universidades de designar por suas próprias normas internas suas autoridades, e estabelece categoricamente que todas as designações de Reitor, Vice-Reitor e outras autoridades serão submetidas ao Ministro de Estado, outorgando assim ao governo a competência de nomear autoridades universitárias.

O referido decreto, que entrará em vigor a partir de 25 de junho do ano em curso, constitui um flagrante atentado à autonomia das universidades públicas brasileiras, e gera um funesto antecedente na história das universidades latino-americanas.

Cabe enfatizar que a autonomia universitária, na América Latina, se inspirou nos princípios elaborados durante a revolução universitária de Córdoba, se bem foram afetadas pela vigência das ditaduras militares, mas recuperaram seu vigor, graças aos regimes de governo constitucionais e democráticos, por isso resulta nefasta a decisão do governo brasileiro.

A Universidade Maior de San Andrés da Bolívia, a tempo de expressar seu repúdio a essa medida governamental retrógrada e antidemocrática, manifesta sua plena solidariedade com as universidades públicas do Brasil, e respalda o manifesto emitido pela Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), organismo internacional integrado por universidades da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e exigimos a revogação de tão injusta medida.

La Paz, maio de 2019 - Waldo Albarracín Sánchez - Reitor da UMSA

Pernambuco / Chapa Movimenta denuncia os cortes e organiza a luta na UFPE

Na campanha para a reitoria da UFPE, há cinco candidaturas. A reitoria atual se dividiu em duas chapas. A de Libonatti e Zé Luiz, abertamente privatista, que defende que a via para driblar os cortes é a captação de recursos externos, via convênios com empresas e editais. A de Flor, até então vice-reitora, faz o discurso gerencialista, diz que não é, nem de esquerda, nem de direita. A

de Edilson, do PCdoB, faz um discurso genérico de “somos todos UFPE”, e um chamado abstrato à resistência. A de Alfredo, apoiada pelo Levante Popular da Juventude, também peca pela falta de concretude de suas propostas.

A chapa coletiva, Movimenta UFPE, tem politizado o processo da consulta para reitor, Composta por quatro estudantes,

dois técnico-administrativos e dois professores, está colocando em questão que o poder deve ser compartilhado pelos três segmentos. Composta por militantes do PSOL, PCB e independentes, expressa a continuidade das lutas nas greves e ocupações. Nos debates, inclusive, impuseram a presença da co-candidata estudante. A campanha está servindo de tribuna contra os ataques do governo Bolsonaro, a criminalização e a ampliação da jornada dos técnicos. Defende a efetivação dos trabalhadores da EBSEH, com chamado de concurso para as demais vagas necessárias.

A forma do co-governo que venceu nas plenárias foi a amparada nos conselhos paritários. A chapa fez uma carta compromisso de que, caso eleita, manterá no gabinete, na forma permitida pela lei, os co-reitores, os formalizando como estagiários e assessores. As decisões serão tomadas de forma paritária, e se compromete-

ram a convocar plenárias, assembleias e consultas, para decisões de grande impacto. Por fim, estabelecem que em caso de vacância dos membros das categorias estudantis e de técnicos, haverá consulta à categoria para preenchimento.

Nota-se que é um projeto de ampliação da democracia na Universidade. Distinto, porém, de uma democratização real que, pela força do movimento, consiga criar um co-governo de fato, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com mandatos revogáveis. A Corrente Proletária na Educação-POR está chamando o voto crítico nessa candidatura, e reforçando que é preciso erguer a Assembleia Geral Universitária para centralizar a luta contra os cortes, a repressão e, inclusive, para garantir que a decisão da comunidade universitária seja respeitada, contra a ingerência de Bolsonaro na escolha do reitor e pró-reitores.

A morte de Filipe expôs a precarização e sucateamento da USP. É PRECISO RESPONDER COM LUTA!

Filipe Varea Leme, estudante de Geografia na USP, morreu no último dia 30/4/19, trabalhando como monitor de informática na Escola Politécnica (Poli), em desvio de função (carregava um pesado armário num elevador, que caiu sobre ele, matando-o instantaneamente). Filipe morreu por que estava fazendo algo que deveria ser feito por funcionários da Poli, devidamente treinados e equipados para isso. Mas, nos últimos anos (desde 2014), a demissão de 3.600 trabalhadores agravou terrivelmente a precarização e sucate-

mentos nos protestos contra os cortes promovidos pelo governo Bolsonaro.

Reitoria trabalha pelo abafamento

A posição da reitoria, diante da morte de Filipe, foi a de considerar o caso como uma fatalidade, resultado do estudante ter assumido o risco de fazer uma tarefa que não era sua. Interveio na formação da comissão de sindicância do caso, orientando a direção da Poli a ficar fora dela e a indicar um jurista da Faculdade de Direito para presidi-la. Este negou a participação do pai do rapaz como ouvinte da comissão, o que lhe confere um caráter sigiloso.

Até mesmo alguns professores que tinham apontado o dedo para a reitoria, responsabilizando-a, agora, passaram a reproduzir o discurso de que Filipe “assumiu o risco”. A pressão da burocracia sobre as carreiras e verbas pesa mais que qualquer vestígio de humanidade.

Direções estudantis vão se juntar à reitoria e abafar a morte de Filipe?

A direção do DCE, ao fazer aprovar a data da próxima assembleia estudantil para as vésperas do 14/6, um mês depois da segunda assembleia, joga uma pá de cal a qualquer resposta geral e coletiva dos estudantes, e transforma a assembleia num mero referendo à greve geral.

Ao contrário, é preciso votar, em assembleia unitária dos três setores, que não aceitaremos mais trabalhar e estudar sem as condições mínimas de segurança do trabalho. Para isso, a reitoria/governo devem contratar os 3.600 funcionários demitidos imediatamente. Uma direção de luta, e que se importasse de fato com a morte dos estudantes, teria convocado uma assembleia geral no dia seguinte à sua morte, e defendido uma greve unificada pelo fim do sucateamento da universidade.

É possível mudar a situação. Depende de que a poderosa tendência de luta, manifestada nos milhares que participaram do ato de 15/5, supere a paralisia da direção e imponha o combate à reitoria/governo. A posição de lutar lá fora da USP, mas não atacar o “aliado” circunstancial (reitoria) dentro, é hipócrita, além de eleitoreira e traidora.

É preciso reorganizar a vanguarda combativa ao redor do programa proletário, de independência de classe, de forma a erguer a luta coletiva pelas reivindicações gerais e específicas. Formar uma nova direção, revolucionária, que leve os estudantes a praticarem a democracia direta e a tomarem em suas próprias mãos a solução dos problemas.

(...) é preciso votar, em assembleia unitária dos três setores, que não aceitaremos trabalhar ou estudar sem as condições mínimas de segurança.

amento da USP. A falta de funcionários na manutenção é regra, na moradia estudantil têm acontecido incêndios por conta da fiação sem manutenção. Podemos dizer que a política de precarização e sucateamento, derivada do chamado “ajuste fiscal”, matou Filipe.

Colocou-se imediatamente a necessidade de uma resposta do movimento estudantil. A realidade mostrou que a política da reitoria/governo chegou ao ponto de colocar a vida de estudantes e trabalhadores em risco, e até de matá-los.

A Corrente Proletária/POR e independentes têm feito uma campanha para que o movimento dê uma resposta organizada, coletiva e de ação direta para o caso. No entanto, a política de colaboração de classes da direção do DCE (PT) e da maioria das correntes tem bloqueado essa via.

Basta ver que a primeira assembleia geral do ano, convocada sob pressão dos CAs, dirigida pelo PT, só reservou um passivo minuto de silêncio. Até mesmo o informe sobre sua morte, solicitado pelo pai do estudante, presente no local, teve de se submeter a uma questão de ordem para ser dado. Ao que a plenária da assembleia respondeu com uma grande comoção. O que preocupou a direção do DCE, que, temendo que a assembleia tomasse alguma medida de choque com a reitoria, suspendeu as falas e decretou seu fim.

Na segunda assembleia geral, um dia após o 15/5, e bem menor que a primeira, ficou mais do que evidente a recusa da direção e seus aliados em aprovar qualquer medida de luta para responder à morte de Filipe. A cada ataque à reitoria, a base do PT se manifestava contra.

Já no dia 15/5, professores e funcionários tiveram de entregar a pauta de reivindicações da campanha unificada à reitoria sem a assinatura da direção do DCE, que se recusou formalmente a fazê-lo, somente pelo fato de se chocar com a reitoria, considerada “aliada”

Nesta edição:

- **Bolivia:** 10 anos do falecimento de Guillermo Lora.
- **Argentina:** Governo desesperado procura consenso da “oposição” para apoiar sua política, ou seja, a do FMI.
- **Guerra comercial EUA-China:** Mais um grave episódio da guerra comercial.
- **Notas sobre a crise na Europa.**
- Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Bolívia

Neste 17 de maio de 2019, lembramos os 10 anos da morte de Guillermo Lora

Os Comitês Regionais do POR organizaram atos de homenagem à memória de Guillermo.

Em junho, a Conferência Nacional do partido fará uma homenagem em nível nacional, em La Paz, com a presença de representantes do Comitê de Enlace (CERQUI).

Somente o POR tem sido capaz de prognosticar o fracasso de inúmeros experimentos burgueses que têm sido apresentados no país, prometendo o paraíso, sem mudar a base econômica estrutural da ordem social burguesa: a grande propriedade privada dos meios de produção, em mãos do imperialismo e dos empresários privados nacionais, estes como apêndices do primeiro.

Sucre



Há dez anos de sua morte, no Arquivo e Bibliotecas Nacionais da Bolívia (ABNB) ocorre o ato de homenagem ao dirigente político trotskista Guillermo Lora, falecido em 17 de maio de 2009.

“Este grande homem deixou em letras de molde o que é

o programa da Revolução Boliviana e Latino-Americana e sua consigna de criar os Estados Unidos Socialistas de América Latina, hoje mais vigente que nunca”, manifestou o dirigente cívico Rodrigo Echalar.

Entre los escritos de Lora, destacam-se as Teses de Pulacayo e a História do Movimento Operário Boliviano.

Cochabamba

ATO POLITICO CULTURAL: dia 24 de maio, 18h30min; local: Auditório da Federação de Professores Urbanos de CBBA.

Santa Cruz



Siglo XX - Exposição de livros de G. Lora



**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

Argentina

Governo desesperado procura consenso da “oposição” para apoiar sua política, ou seja, a do FMI

Macri mandou seus “10 pontos para um acordo” a vários pré-candidatos presidenciais, e ampliou a convocação para os 24 governadores, para os empresários, para as igrejas (católica e evangélicas) e para a cúpula da CGT.

Nas mídias, se discute se é uma manobra política do governo para dividir a oposição e obrigá-la a se pronunciar sobre pontos que são importantes para o FMI e para os grandes capitalistas, ou se, pelo contrário, esses setores lhe exigem que consiga maior apoio para evitar uma nova crise nos próximos meses, que poderia derrubar o governo.

O capital financeiro deseja que a oposição, caso chegue ao governo, se comprometa a manter o essencial da política do Macri, mas quer que o prometa desde agora que assim o fará.

Mas, não há manobra, nem pronunciamento, que possa conter a profunda crise política e econômica produzida por eles. No máximo, querem distrair os meios de comunicação com um debate artificial, para desvendar que tipo de jogada é essa, se há que aderir ou não, e se há que aceitar o convite. Enquanto isso, a deterioração da economia prossegue a passos largos.

É reveladora a pressa com que apoiaram essa convocação os centros do capitalismo mais concentrados com seus meios de comunicação, a igreja, e até certos setores sindicais, incluído alguns dirigentes peronistas. Um dos mais entusiastas foi o ex-candidato Scioli.

Também há os que não responderam à convocação do governo, mas, via das dúvidas, se antecipam a dizer que a dívida externa será reconhecida e paga. E não têm coragem de rejeitar o conjunto dos dez pontos.

Nossa posição é que **não há o que debater** com o governo, que é uma ditadura civil antioperária e antinacional, que representa a minoria beneficiada com suas políticas. Que deve ser expulsa do poder, o quanto antes, para não causar mais dano. Aqueles que querem fazer crer que “dialogando” se pode mudar sua política, ou resolver algum problema, estão enganando, são cúmplices do governo.

A segunda questão é que deve ser rechaçada de conjunto essa pauta de 10 pontos. Não há nada para discutir. Não passa de uma síntese da política de arruinar o país, é o programa que Macri compartilha com o FMI, apresentada como “questões básicas para nosso desenvolvimento econômico”, com as que haveria que concordar. Diz que são “pontos que consideramos imprescindíveis para esclarecer algumas dúvidas que existem acerca do nosso país”.

As propostas das diversas variantes da burguesia, opomos as propostas que deve defender a classe operária, expressão das medidas mínimas indispensáveis para reordenar a economia nacional sobre outras bases.

E afirmamos ainda que estas não se efetivarão pelo voto de alguma Lei no Congresso, ou de uma Constituição, que só poderão ser impostas por um levante nacional encabeçado pela classe operária. Não há outra saída para os oprimidos, e não estamos dizendo que será fácil, nem pacífico. Há que liquidar os privilégios de uma minoria que é proprietária dos grandes meios de

produção, que é a causa fundamental do atraso da economia, da subordinação nacional e da crescente miséria e desemprego.

Não dá para acreditar que cederão seus privilégios e toda a riqueza que saquearam ao longo da história voluntariamente, acatando alguma lei ou constituição, caso houvesse alguma que assim o determine.

Quais são as 10 medidas urgentes e imprescindíveis que só a classe operária pode impor?

1. Reajuste imediato de salários e aposentadorias que cubram, no mínimo, o custo de vida, \$ 45.000, reajustado mensalmente pela inflação real. Confisco das cadeias de supermercados para garantir uma rede de abastecimento de todos os produtos necessários, dos produtores aos consumidores a preços acessíveis.
2. Acabar com o flagelo do desemprego, dividindo todo o trabalho entre todos os trabalhadores sem afetar o salário. Acabar com toda forma de precarização e escravidão no trabalho.
3. Abaixo as reformas da Previdência, trabalhista e fiscais, contra os trabalhadores.
4. Desconhecer toda dívida do Estado em pesos ou dólares. Desconhecer o acordo com o FMI. A dívida monumental teve como resultado a fuga de divisas do país.
5. Estatizar toda a banca e impor o monopólio do comércio exterior: para evitar que não fuja um único dólar, para impedir a importação de mercadorias que se produzem no país, para importar os insumos imprescindíveis para a produção industrial, e para atender a saúde pública, para orientar o crédito à produção, e impedir a especulação financeira.
6. Expropriação sem pagamento da oligarquia latifundiária, estatizando toda a terra.
7. Expropriação sem pagamento e estatização dos setores vitais da economia, em sua maioria nas mãos das multinacionais, recuperação de todas as empresas privatizadas, principalmente as do gás e petróleo. Anular os tarifas.
8. Por um sistema único, nacional e gratuito de saúde e educação.
9. Plano de obras públicas para resolver as necessidades urgentes da população.
10. Divisão imediata de todas as horas de trabalho, estatização de toda fábrica que feche ou demita.

A classe operária tem que tomar as rédeas da sociedade para interromper a marcha rumo à barbárie. Para isso, é preciso sua independência política, rompendo com a tutela da burguesia, de seus partidos, seus dirigentes. Precisamos de uma direção política que expresse os interesses históricos da classe operária. O capitalismo está em quebra, aqui e em todo o mundo. Não há como reformá-lo. Seu desastre nos empurra à barbárie, à miséria e à guerra. A alternativa de ferro é SOCIALISMO OU BARBÁRIE!

Desde o POR estamos construindo, colocando em pé, os alicerces do Partido Revolucionário em nosso país, e internacionalmente no CERQUI, como Partido Mundial da Revolução Socialista, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Mais um grave episódio da guerra comercial

Em 15 de maio, Trump assinou um decreto que bloqueia a comercialização de equipamentos e redes de comunicação da empresa chinesa Huawei em todo o território dos Estados Unidos. O decreto proíbe as empresas americanas e parceiros comerciais de fazerem negócios com ela, a menos que obtenham uma “licença especial”. Segundo explicação do documento, a medida traria de preservar a “segurança nacional”, uma vez que o crescimento de redes sem fio 5G, desenvolvidas por Huawei, colocaria dados “sensíveis” em poder do governo chinês.

A medida pôs em alerta as empresas norte-americanas que fornecem software e tecnologia (chips, semicondutores, baterias, etc.) à empresa chinesa. Está aí por que se refletiu nas Bolsas uma violenta queda do valor das principais empresas tecnológicas. A Apple teve uma queda de 18,5% na última semana, em grande parte pelo temor de que o governo chinês bloqueasse a cadeia produtiva de seus componentes fabricados no país (90%). Maiores foram as quedas das empresas especializadas na produção de semicondutores, a exemplo da Skyworks (21,5%), Xilinx (17%), Micron e Nvidia (15%). A mesma tendência afetou a gigante Intel, que teve seu capital depreciado em mais de 26%.

Ocorre que a Huawei é a segunda empresa tecnológica em vendas de celulares no mundo, atrás apenas da sul-coreana Samsung. De forma que a medida, não somente afeta os negócios e lucros da Huawei, como os das inúmeras empresas, parte delas de capitais norte-americanos.

Apesar dessas contradições, o governo Trump não arrefeceu seus ataques. E logo passou a ameaçar governos e empresas com sanções, caso não seguissem seus ditames. Sob pressão, a Google anunciou que deixará de fornecer software (Android) e aplicativos (Gmail e Google Maps) aos aparelhos Huawei. As operadoras de serviços de internet e telecomunicações celulares sem fio da Europa (Vodafone, EE, Telefônica, Orange e MásMóvil, dentre outras), Japão (NTT Docomo, Softbank KDDI), assim como da Austrália, México e diversos países, também anunciaram que deixariam de prover aparelhos, serviços de conectividade e terminais à empresa chinesa. Até a principal empresa de desenho e arquitetura de chips, a ARM, foi obrigada a paralisar a produção dirigida a suprir as necessidades da Huawei. Tais movimentações levaram a que, nesses países, a população devolvesse milhares de celulares, caíssem as vendas entre 50% e 70%, e se multiplicassem as reclamações devido aos cortes de serviços.

A empresa chinesa exigiu dos tribunais comerciais internacionais a anulação dos efeitos das sanções, acusando o governo norte-americano de “prática comercial desleal”. Por sua vez, Pequim acusou a medida como sendo “política”, para atingir os interesses do país, e reduzir seus mercados. Estão em jogo investimentos no valor de US\$ 11 bilhões, a quebra de setores industriais, e a ameaça de fechamento de milhares de empregos. Em face dessa perspectiva, o governo chinês decidiu proibir a exportação aos EUA das chamadas “terras raras”, minerais imprescindíveis para a fabricação de produtos de alta tecnologia. Elevou, ainda, de 10% para 25%, a alíquota sobre produtos norte-americanos, no valor de US\$ 60. E convocou os empresários e o setor estatal a alcançarem a

“independência” tecnológica.

O governo chinês, há muito, vem criando as bases industriais e comerciais para substituir grande parte de produtos e componentes importados pela sua produção interna. Mas, essas medidas não rompem os laços de interdependência da divisão mundial do trabalho internacional. E, segundo analistas, seu desenvolvimento tecnológico não é ainda páreo, diante dos países capitalistas avançados. O desenvolvimento e aplicação de tecnologia de ponta continuam sendo propriedade exclusiva dos monopólios. O imperialismo exige que a China se submeta à propriedade de patente.

A acusação de que os estreitos laços entre a empresa e governo da China constituem “ameaça à segurança nacional” dos EUA mascara as reais causas econômicas. Esse lugar dominante dos EUA no controle da divisão mundial do trabalho permitiu a seu Estado controlar grande parte da rede de transmissão de dados no mundo inteiro. As denúncias de Edward Snowden (ex-analista da CIA e da NSA-Agência Nacional de Segurança) e os “vazamentos” de Julian Assange mostraram de forma clara esse domínio e controle.

O objetivo principal de Trump é o de impedir a China de concorrer em melhores condições pelos mercados, e de dotar ao país de uma base tecnológica capaz de melhorar sensivelmente suas capacidades de defesa.

O objetivo principal de Trump é o de impedir a China de concorrer em melhores condições pelos mercados, e de dotar ao país de uma base tecnológica capaz de melhorar sensivelmente suas capacidades de defesa. Ou seja: pretende impor à China a subserviência aos interesses norte-americanos. Está aí explicado por que, dias depois de assinado o decreto, Trump estabeleceu uma “trégua” de três meses (até agosto), para aplicar as sanções a Huawei. Almeja, assim, negociar em uma posição de força. Essa estratégia de “golpear primeiro e negociar depois” é própria da prepotência monopolista do imperialismo norte-americano, que controla o mercado mundial e conta com uma força armada para impor pela força seus interesses, se necessário.

O mundo está diante de mais um grave episódio da guerra comercial, que tende a agravar. Ou a burocracia chinesa se curva, ou enfrentará um cerco econômico e militar mais poderoso. A restauração capitalista serviu à penetração mais ou menos “pacífica” do capital monopolista, até que a crise de superprodução mundial passou a atingir os interesses das potências, que não podem mais conciliar seus interesses com a expansão da produção e do capital chinês.

O proletariado chinês é o maior do mundo. A crise vai abalá-lo e impulsioná-lo à luta. Nas potências imperialistas, não será muito diferente. A tendência da queda média da taxa de lucro dos monopólios, o estreitamento do mercado mundial, a guerra comercial e a escalada da indústria bélica recairão sobre o conjunto dos explorados. O capitalismo em decomposição obriga a classe operária e os demais explorados em toda a parte a combaterem a burguesia e seus governos. A situação objetiva favorece a luta da vanguarda pela retomada da confluência do proletariado com o programa da revolução social.

Ascensão da ultradireita

Este número do jornal Massas sairá quando as eleições para o Parlamento Europeu estiverem finalizadas. 28 países membros da União Europeia (UE) elegerão 751 deputados. Dos resultados preliminares e pesquisas, destaca-se a ascensão da extrema direita fascistizante.

Nota-se que os partidos ultradireitistas evoluíram, da condição de forças regionais a nacionais, e saltaram como tendência política continental, predominante em alguns países. O essencial dessa constatação está em que a ultradireita ressurge como uma força capaz de influenciar nas decisões da União Europeia (UE). A formalização da Aliança Europeia de Pessoas e Nações (EAPN), que reuniu a Liga da Itália, o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), Reunificação Nacional (França), Alternativa da Alemanha (AfD), Partido para a Liberdade-PVV (Holanda), Liberdade e Democracia Direta-SPD (Tchecoslováquia) e o Partido do Povo Dinamarquês, nada mais é que a expressão da crise estrutural do capitalismo da fase última do imperialismo. O renascimento e fortalecimento das tendências fascistas indicam a potencialidade do choque das forças produtivas com as relações capitalistas de produção, na sua forma monopolista.

A ascensão do nacional-chauvinismo é parte da nova fase da crise europeia, aberta com a derrocada da economia mundial, cujo epicentro da eclosão se manifestou nos Estados Unidos, em 2008. A retomada do nacionalismo imperialista demonstra a gravidade da crise mundial, que não pôde ser encerrada. A cada dia

que se passa, agrava-se o quadro de desagregação. A perspectiva é de recrudescimento dos choques de classes e de emersão de crises revolucionárias.

A classe operária está obrigada a dar saltos na sua organização independente. O ascenso da ultradireita não será freado no campo da democracia burguesa, mas no da luta de classes. A democracia se mostra um regime político impotente, diante do caráter estrutural da crise do sistema burguês de produção e distribuição. No passado, serviu para desviar a luta do proletariado, e acabou cedendo às forças nazifascistas. Revelou-se incapaz de evitar a Segunda Guerra Mundial. Reconstituída no pós-guerra, criou a ilusão de que se havia encontrado um caminho estável e seguro. Um de seus últimos feitos foi o de servir para o capital financeiro e as potências constituírem a União Europeia e a Zona do Euro. O que parecia uma fortaleza do capitalismo e uma grandiosa obra da burguesia, já não pode ser sustentado, e se desmorona.

A tarefa da vanguarda é a de desenvolver a estratégia política que responde à desagregação capitalista, sintetizada no programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Obrigatoriamente, o proletariado se verá cada vez mais diante da necessidade de combater a ofensiva da burguesia sobre suas condições de existência. Por essa via, se levantará como a força revolucionária capaz de derrotar as tendências fascizantes, e avançar em direção à revolução social, sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Desagregação da democracia burguesa e as tarefas dos revolucionários

Fala-se na mídia burguesa de uma “crise de representação” na política burguesa. Essa mistificação das reais relações sociais que estão na base da crise política oculta a decomposição das instituições e dos métodos de governo burgueses que vingaram e se fortaleceram no pós-guerra.

As tendências de ruptura das massas com os partidos burgueses, que dominaram por toda uma época marcada pela reestruturação econômica, e pela política de conciliação de classes, põem à luz do dia o esgotamento da reconstrução da Europa, sob o domínio mundial dos Estados Unidos. O que se reflete na política burguesa, que não apenas não tem como promover reformas, como está obrigada a impor às massas as contrarreformas.

Nessa contradição, reside o esgotamento e impotência dos partidos socialdemocratas, liberais e conservadores, que dominaram a política europeia nas últimas seis décadas. A permanência e ampliação das brutais consequências sobre a vida dos explorados são a confirmação de sua impotência para resolver os impasses da crise capitalista. Explica por que a desagregação dos partidos

tradicionais resultou, nos últimos anos, na criação de mais de 70 novos partidos e alianças, que ludibriam as massas apresentando-se como a negação da “velha política”.

A bandeira de superação da chamada “crise de representação” serve para canalizar o descontentamento da classe média e de uma camada aristocrática da classe operária. Os partidos de direita e de esquerda que se valem dessa ilusão não têm como dar um passo, sem que sirvam aos interesses dos monopólios. Não têm como substituir os velhos partidos sem aprofundar ainda mais a desintegração da democracia burguesa.

As greves e manifestações dos explorados vão determinar o curso dos acontecimentos. O principal fator da crise europeia se encontra na disposição de luta das massas, que recebem o impacto do desmoronamento capitalista. A vanguarda que conserva posições classistas e revolucionárias está diante de uma situação favorável para pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista, e trabalhar pela organização do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Ucrânia: eleito um novo governo burguês

Vladimir Zelensky foi eleito novo presidente no segundo turno, depois de vencer Pyotr Poroshenko, por 73,22% dos votos, contra 24,45%. Zelensky personifica mais um elo na tendência mundial de desagregação dos partidos tradicionais da burguesia, e constituição de “novas forças”, que possam desviar, ainda que momentaneamente, a quebra de ilusões políticas nos governantes e a revolta dos explorados. No caso da Ucrânia, a base social desse fenômeno político se acha na falência da oligarquia burguesa que governa o país em acabar com a guerra civil, que esgota economicamente o país, e agrava as condições de vida das massas, que se

veem obrigadas a arcar com os gigantescos gastos militares.

Está aí por que a primeira medida anunciada pelo novo governo será a de procurar um acordo de cessar-fogo com os separatistas do Leste do país. A guerra civil em Donbass já deixou 13.000 mortos. Tantos esforços materiais e humanos não conseguiram sequer impedir a anexação da Crimeia pela Rússia restauracionista. Com o agravamento da crise, as forças governamentais e os capitalistas que empurraram a Ucrânia para os braços do imperialismo norte-americano e europeu, temem, agora, um novo levante das massas, desiludidas da política burguesa (apenas 9%

dos ucranianos afirmaram confiar nas instituições). Ameaçavam, assim, reeditar os movimentos radicais que levaram à queda de Vitor Yanukovich, e abriram a maior crise política no país, após a desintegração da URSS.

Procurando abortar essas tendências, a burguesia, em seu conjunto, abandonou o rejeitado Poroshenko, e trabalhou pela vitória do ex-comediante Zelensky. Montou-se o circo eleitoral com a ilusão de que o ator, transformado em político, representava uma ruptura com a política tradicional. Assim, foram arrastadas a votar em Zelensky.

Na posse, Zelensky declarou-se defensor da integração da Ucrânia à União Europeia. Prometeu abrir o país à penetração dos monopólios. O que servirá aos interesses externos e às quadrilhas oligárquicas internas que parasitam do Estado. O ator serviçal do imperialismo começou seu governo dissolvendo o Parlamen-

to Nacional, convocou a novas eleições e exigiu a demissão dos chefes do Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU), do procurador-geral e o do ministro da Defesa.

A centralização autoritária não resolverá a crise da Ucrânia, mas funcionará contra as aspirações das massas oprimidas, que não mais suportam carregar o peso da guerra civil, do parasitismo oligárquico e das pressões imperialistas. Tudo indica que a lua de mel com o novo governo não durará muito.

A vanguarda consciente do país terá de se libertar das más experiências, provocadas pela opressão nacional exercida pela burocracia estalinista da ex-União Soviética, e retomar as tradições de luta do proletariado ucraniano, que tantas lições e ensinamentos deixou, com a sua participação na Revolução Russa, na constituição da União das Repúblicas Soviética, sob a direção do bolchevismo-leninismo, e para a luta de classes mundial.

Rearmamento da Europa, novo foco de conflito com os Estados Unidos

Na última semana, ocorreu uma escalada dos atritos interimperialistas. Os Estados Unidos ameaçaram com sanções e bloqueios comerciais, caso a União Europeia avançasse na adoção do Regulamento do Fundo Europeu de Defesa e do Programa de Cooperação Estruturada Permanente de Defesa (PESCO). O que é considerado por Trump como um “ataque” à parceria militar construída por mais de cinco décadas.

Na base do conflito, acha-se o destino de € 4,1 bilhões (R\$ 18,29 bilhões), para financiar “*projetos de investigação competitivos e colaborativos*”, e de € 8,9 bilhões (R\$ 39,71 bilhões) para o desenvolvimento de “*tecnologia operacional*” (armamentos).

O problema para os EUA reside em que o PESCO, embora permita empresas de fora da UE participarem dos projetos, exige que sua propriedade intelectual seja “exclusivamente europeia” e impede que “terceiros países” imponham controles à exportação do armamento fabricado.

Está claro que o governo de Trump exige da Europa investir em armamentos, porém, norte-americanos e subordinados à Otan. O maior perigo da integração das capacidades de defesa na UE é que criaria um poder rival, capaz de concorrer e se impor em contratos de armamentos no mundo todo, bem como lhe permitiria uma relativa autonomia de manobra, e compareceria como uma ameaça à sobrevivência das condições de influência dos Estados Unidos sobre a Europa.

Os Estados Unidos avaliam que se trata de um descarte da Otan, objetivo almejado há algum tempo pela França, principalmente. O fato de ter sido criada como organização militar supranacional pelos americanos, para exercer sua hegemonia no pós-guerra, e travar a guerra fria com a ex-União Soviética, reduzir sua importância, significa admitir o declínio da maior potência. A exigência de Trump é que os europeus aumentem sua contribuição à Otan, e permaneçam subordinados à diretriz mundial de segurança ditada pelos Estados Unidos.

Vêm se tornando um incômodo às potências europeias, as decisões unilaterais tomadas pela Casa Branca. O exemplo mais recente foi a ruptura do acordo com o Irã sobre o controle do uso militar da energia nuclear. O poder dos Estados Unidos de ditar as relações financeiras, comerciais e militares dos europeus já não

condiz com as novas condições da crise econômica mundial. Não é aceitável de bom grado que o governo norte-americano incentive o rompimento da Inglaterra com a União Europeia. É muito difícil assimilar a guerra comercial de Trump e acatá-la de cabeça baixa. São acontecimentos que, inevitavelmente, abalam as relações interimperialistas.

Esses são aspectos dos conflitos mundiais entre as potências. Nota-se que não se limita à Europa Ocidental. Estamos diante de uma tendência geral de impulso ao armamentismo. O mesmo se passa com a Rússia e China. Os Estados Unidos pressionam as monarquias do Oriente Médio a importar mais e mais poderosas armas. A Índia não fica atrás em seu orçamento militar. Assinalada essa tendência geral, é imprescindível reconhecer que o conflito dos Estados Unidos com a Europa evidencia a gravidade da situação. Um rearme geral demonstra que as disputas comerciais e a partilha do mundo, resultante da Segunda Guerra, já não po-

Um rearme geral demonstra que as disputas comerciais e a partilha do mundo, resultante da Segunda Guerra, já não podem se sustentar sobre a base do acordo de Potsdam.

dem se sustentar sobre a base do acordo de Potsdam.

Somente o proletariado organizado pode fazer frente à escalada armamentista e intervencionista. Necessita recuperar sua independência política, reconstruindo seus partidos revolucionários, como parte do Partido Mundial da Revolução Socialista. A experiência da Primeira Guerra e da Revolução Russa comprovou a validade do programa bolchevique e das teses leninistas sobre a decomposição do capitalismo da época imperialista. Guiado pela estratégia da revolução e ditadura proletárias, as massas derrubaram o governo, e levaram adiante a bandeira de paz sem anexação, e direito à autodeterminação das nações oprimidas. A crise mundial, nas condições de destruição da III Internacional por Stalin, e de dissolução da IV Internacional pelo revisionismo centrista, vem avançando, sem que o proletariado se levante como força consciente da gravidade da situação. O que não tem impedido de reagir com seus métodos próprios de luta. É nessa força ascendente das massas que se encontram os meios para resolver a crise de direção mundial.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas 586, analisamos o manifesto *"As tarefas da Socialdemocracia revolucionária na Guerra Europeia"*, setembro de 1914. Mostramos a importância da caracterização que Lênin faz sobre a falência da II Internacional, e a necessidade de substituí-la por uma nova, a Terceira Internacional.

É nas entranhas da 1ª Guerra Mundial que amadurece o programa dos bolcheviques para a revolução proletária mundial e, em particular, para a Rússia. O capitalismo da fase imperialista manifesta, de forma mais abrangente e completa, suas contradições, não podendo desenvolver mundialmente as forças produtivas. A 1ª Guerra comparecia como um sintoma de sua desintegração, que recaía brutalmente sobre as massas e sobre as nações oprimidas (colônias e semicolônias). Essa conflagração se mostrava distinta das guerras do século XIX, impulsionadas pela necessidade histórica de constituição dos Estados nacionais e superação do velho feudalismo. As guerras voltadas a varrer os escombros do feudalismo cumpriam um papel progressivo, distintamente do papel reacionário da guerra imperialista, do início do século XX. Marx e Engels delimitaram a posição programática e a tática do proletariado diante das guerras nacionais da época de consolidação do capitalismo, distinguindo o seu caráter progressivo. A 1ª Guerra exigiu uma nova caracterização e um novo programa marxista.

Lênin se distinguirá por compreender a transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista, determinado pelo capital financeiro. Ao contrário das guerras do século XIX, a 1ª Guerra Mundial expressava, precisamente, o enclausuramento das forças produtivas nos Estados nacionais. As potências europeias lançaram-se à guerra pela necessidade de dominação e opressão nacionais. É nessas condições que o movimento socialista se dividirá entre marxistas e revisionistas que abraçam a causa nacionalista do imperialismo. Lênin dirigirá a luta dos marxistas contra os traidores do programa socialista. Chocar-se-á com as várias tendências que surgiram no processo de ruptura. Praticamente, tomou a frente de uma luta que o manteve, por todo um período, como expressão da fração revolucionária minoritária. Teve de combater os desvios e as confusões, não só no seio da II Internacional, como também no do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR). A revolução proletária na Rússia passou a depender, decisivamente, do programa leninista para a guerra imperialista. Nenhum outro dirigente bolchevique, ou à margem do bolchevismo, conseguiu compreender as leis históricas do capitalismo monopolista, que levavam à primeira grande conflagração mundial.

Do conjunto de suas formulações, destaca-se a tese da transformação da guerra imperialista em guerra civil contra seu próprio governo. Essa linha separou taxativamente o marxismo do revisionismo socialdemocrata, bem como se contrapôs às vacilações no campo dos próprios marxistas. O enfrentamento aos vacilantes, que assumiam uma feição centrista diante do problema da guerra imperialista, foi necessário para levar às últimas consequências a derrota dos socialchauvinistas, dos traidores encabeçados pela tendência de Karl Kautsky, na II Internacio-

nal. Lênin teve a clareza de separar em sua luta os socialchauvinistas dos marxistas vacilantes, indicando que qualquer concessão programática resultaria na derrota política e ideológica do proletariado diante das forças reacionárias imperialistas. Entre os vacilantes é importante verificar a crítica a Trotsky, que não compreendeu, em toda a extensão, a formulação de Lênin sobre a derrocada do próprio governo na guerra imperialista. Não era possível ser consequente com a política do proletariado diante da guerra, se não se trabalhasse pela derrota do próprio governo, nos respectivos países em que os marxistas intervinham. Explica: *"Durante uma guerra reacionária, uma classe revolucionária não pode senão desejar a derrota de seu governo". (...) "A revolução em tempos de guerra significa a guerra civil e a transformação da guerra dos governos em guerra civil que, de um lado, é facilitada pelos reveses militares (derrotas) dos governos; e que, por outro lado, é impossível aspirar de verdade essa transformação se não se contribui, ao mesmo tempo, para a sua derrota". (...) "Aqueles que querem refutar seriamente a 'consigna' da derrota de seu próprio governo na guerra imperialista devem demonstrar uma dessas três condições: 1) que a guerra de 1914-1915 não é reacionária; 2) que a revolução como consequência dela é impossível; 3) que o acordo e colaboração dos movimentos revolucionários de todos os países beligerantes são impossíveis".*

Lênin considera o terceiro ponto como fundamental para a Rússia, devido à sua condição de país atrasado, e que estava diante de uma revolução democrática, portanto, ainda não diretamente socialista. Sem dúvida, a luta das massas contra o czarismo *"debilitava o 'poderio militar' da Rússia e contribuía para a sua derrota"*. Lênin conclui: *"Os adversários da consigna da derrota têm medo, puro e simplesmente, de si mesmos, uma vez que não se atrevem a olhar cara a cara o evidentíssimo fato de que a agitação revolucionária contra o governo está intimamente vinculada com a ajuda de sua derrota"*. Assim, Lênin rechaça e critica a consigna *"Nem vitória, nem derrota"*. Fundamenta: *"Se refletimos sobre essa consigna, veremos que significa a 'trégua civil', a renúncia da luta classista das massas oprimidas em todos os países beligerantes, pois, a luta classista é impossível se não se golpeia a própria burguesia e o próprio governo; ao mesmo tempo, golpear durante a guerra seu próprio governo é (para o conhecimento de Bukvoied!) delito de alta traição, é contribuir para a derrota do próprio país. Quem aceite a consigna 'nem vitória, nem derrota' só hipocritamente está pela luta classista, pela 'ruptura da trégua civil', e, nos fatos, renuncia à política independente, proletária, pois, subordina o proletariado de todos os países beligerantes a uma tarefa inteiramente burguesa: preservar da derrota determinados governos imperialistas"*.

De maneira absolutamente clara, Lênin conclui esse raciocínio no artigo *"A derrota de seu próprio governo na guerra imperialista"*, junho de 1915, mostrando que o proletariado não tem como atacar o governo de seu país e dar as mãos aos proletários de outros países em guerra se não *"cometer um 'delito de alta traição', sem contribuir para a derrota, e sem ajudar na desintegração de uma 'grande' potência imperialista (...)"*.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)